

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XIV Nº 50

Brasília, quarta-feira, 16 de março de 2005

Sumário

Atas	1
Comissões.....	11
Mesa Diretora	18
Atos Administrativos	19
Diretoria de Recursos Humanos	19
Pregão	19

Atas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	
MESA DIRETORA	
Presidente: Fábio Barcellos (PFL) Vice-Presidente: Chico Floresta (PT) 1º Secretário: Wilson Lima (PRONA) Suplente: Leonardo Prudente (PFL) 2º Secretário: José Edmar (PRONA) Suplente: Gim Argello (PTB) 3º Secretário: Peniel Pacheco (PDT) Suplente: Augusto Carvalho (PPS) Corregedora: Eliana Pedrosa (PFL) Ouvidor: Paulo Tadeu (PT)	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Brunelli Vice-Presidente: Chico Leite Anicélia Machado Chico Vigilante Eurides Brito	Leonardo Prudente Arlete Sampaio Pedro Passos Paulo Tadeu Odilon Aires
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Leonardo Prudente Vice-Presidente: Paulo Tadeu Benício Tavares Eliana Pedrosa Odilon Aires	Brunelli Erika Kokay Gim Argello Wilson Lima Pedro Passos
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Leite Vice-Presidente: Peniel Pacheco Anicélia Machado Gim Argello Paulo Tadeu	Chico Vigilante Augusto Carvalho Eurides Brito Jorge Cauhy Chico Floresta
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Wilson Lima Benício Tavares Expedito Bandeira Peniel Pacheco	Chico Leite José Edmar Anicélia Machado Gim Argello Augusto Carvalho
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Erika Kokay Vice-Presidente: Leonardo Prudente Brunelli Jorge Cauhy Odilon Aires	Chico Leite Peniel Pacheco Arlete Sampaio Anicélia Machado Eurides Brito
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Arlete Sampaio Expedito Bandeira Jorge Cauhy José Edmar Wilson Lima	Chico Floresta Benício Tavares Odilon Aires Brunelli Eliana Pedrosa
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Arlete Sampaio Vice-Presidente: Erika Kokay Augusto Carvalho Eurides Brito Pedro Passos	Chico Leite Paulo Tadeu Eliana Pedrosa Jorge Cauhy Aguinaldo de Jesus
COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
Aguinaldo de Jesus Chico Floresta Gim Argello João de Deus José Edmar	Benício Tavares Chico Vigilante Odilon Aires Pedro Passos Wilson Lima
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Augusto Carvalho Vice-Presidente: Chico Floresta Aguinaldo de Jesus Eliana Pedrosa Pedro Passos	Peniel Pacheco Arlete Sampaio Expedito Bandeira Leonardo Prudente João de Deus

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 13ª
(DÉCIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 3 DE MARÇO DE 2005.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Fábio Barcellos, Wilson Lima e Chico Floresta.

SECRETARIA: Deputado Wilson Lima.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 39 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 12 minutos.

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Aguinaldo de Jesus (PMDB)
- Anicélia Machado (PMDB)
- Arlete Sampaio (PT)
- Augusto Carvalho (PPS)
- Brunelli (PP)
- Chico Floresta (PT)
- Expedito Bandeira (PMDB)
- João de Deus (PMDB)
- José Edmar (PRONA)
- Leonardo Prudente (PFL)
- Odilon Aires (PMDB)
- Paulo Tadeu (PT)

- Chico Leite (PT)
- Chico Vigilante (PT)
- Eliana Pedrosa (PFL)
- Erika Kokay (PT)
- Eurides Brito (PMDB)
- Pedro Passos (PMDB)
- Peniel Pacheco (PDT)
- Wilson Lima (Prona)
- Fábio Barcellos (PFL)

1 ABERTURA**Presidente (Deputado Wilson Lima):**

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DA ATA

- É lida e aprovada, sem observações, a Ata da 12ª Sessão Ordinária.

1.2 COMUNICADOS DA MESA

- **Indicação nº 3.277, de 2005**, de autoria do Deputado Chico Floresta.
- **Indicação nº 3.278, de 2005**, de autoria do Deputado Chico Floresta.
- **Indicação nº 3.279, de 2005**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Moção nº 2.501, de 2005**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Moção nº 2.502, de 2005**, de autoria da Deputada Eurides Brito.
- **Moção nº 2.503, de 2005**, de autoria de vários deputados.
- **Moção nº 2.504, de 2005**, de autoria do Deputado Wilson Lima.
- **Requerimento nº 1.777, de 2005**, da Deputada Arlete Sampaio.
- **Requerimento nº 1.778, de 2005**, da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Requerimento nº 1.779, de 2005**, de vários deputados.
- **Requerimento nº 1.780, de 2005**, do Deputado Chico Vigilante.

INDICAÇÃO Nº **IND 3277/2005**

Autor Deputado Chico Floresta

Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal providências no sentido de elaborar projeto para a construção de um auditório, de uma biblioteca e de uma quadra poliesportiva no Centro de Ensino Médio nº 06 de Ceilândia.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal providências no sentido de elaborar projeto para a construção de um auditório, de uma biblioteca e de uma quadra poliesportiva no Centro de Ensino Médio nº 06 de Ceilândia.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de um Centro de Ensino Médio cujo espaço físico é extremamente reduzido, fazendo-se necessário a ampliação da área, com a conseqüente desativação do espaço circunvizinho.

A comunidade do Setor P Sul carece de ações culturais e esportivas e espaços adequados para o exercício pleno da cidadania.

Do ponto de vista da segurança pública, a ampliação e a criação desses espaços ensejaria o desenvolvimento de projetos que envolveria a comunidade nos mais diversos ramos de atividades que possibilitem a construção da identidade dessa comunidade.

Nesse sentido e entendendo ser justa e legítima a presente reivindicação, rogo aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões em,

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT/DF

INDICAÇÃO Nº **IND 3278/2005**
Autor Deputado Chico Floresta

Sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a instalação de paradas de ônibus com abrigo para os passageiros ao longo das avenidas Araucárias e Castanheiras em Águas Claras.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a instalação de paradas de ônibus com abrigo para os passageiros ao longo das avenidas Araucárias e Castanheiras em Águas Claras.

JUSTIFICAÇÃO

A reivindicação, ora proposta, busca atender a solicitação dos moradores de Águas Claras, usuários do transporte coletivo, que não contam com esse benefício na cidade, ficando sujeitos às intempéries da natureza na hora em que precisam esperar o transporte público.

É de se salientar que hoje as vans e os ônibus que circulam por essas avenidas param em qualquer lugar, pois são poucos os locais demarcados para as paradas desses coletivos.

Nesse sentido e entendendo ser justa e legítima a presente reivindicação, rogo aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões em,

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT/DF

INDICAÇÃO Nº **IND 3279/2005**
(Do Sr. Deputado Brunelli)

Sugere ao Senhor Diretor do DETRAN-DF, a colocação de uma faixa de pedestre entre o Centro Educacional Católica de Brasília e o Setor QSF - na cidade de Taguatinga, RA III.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Diretor do DETRAN-DF, a colocação de uma faixa de pedestre no Pistão Sul, precisamente, entre o Centro Educacional Católica de Brasília e o Setor QSF - na cidade de Taguatinga, RA III.

JUSTIFICAÇÃO

O trânsito de pedestre na DF-001 (Pistão Sul) é reconhecidamente intenso, principalmente depois da construção do Centro Educacional Católica de Brasília.

A justificativa da colocação urgente dessa faixa está embasada no fato de que poderemos proporcionar tranquilidade aos alunos e professores daquele Centro Educacional, principalmente aos idosos e crianças, principais vítimas dos acidentes de trânsito.



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Presidência

Coordenador
Randal Martins Junqueira

Editora Executiva
Nelci Maria Stein

Reg. Prof. 147/02/62-MTB-DF

Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Redação: 348.8412 - 348.8963

SAIN - Parque Rural 70086-900 - Brasília-DF

Diante da urgência, solicito providências urgentes dessa conceituada autarquia, conclamando os meus Nobres Pares à aprovação desta indicação.

Sala de Sessões, em

2005.

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

MOÇÃO Nº **MOÇ 2501/2005**
(Do Sr. Deputado Brunelli)

Parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Brasília, os servidores da Fundação Pólo Ecológica de Brasília.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres Pares parabenizar, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Brasília, os seguintes servidores da Fundação Pólo Ecológica de Brasília:

ITEM	NOME
1.	AFONSO ALVES DE QUEIROZ
2.	AILTON MARTINS DE OLIVEIRA
3.	ALEXSANDRO GOMES BARBOSA
4.	AMADEU COELHO DA SILVA
5.	ANANIAS MOREIRA DE SOUZA
6.	ANTENOR PEREIRA DA SILVA
7.	ANTÔNIO DAVID SOARES
8.	ANTÔNIO DE JESUS BRAGA
9.	ANTONIO ISAIAS DE LUCENA
10.	ANTONIO PAULO SOARES
11.	AURO ALVES ROMEIRO
12.	BENEDITO SOUZA LOPES
13.	CRISTHIANE MORGON KYM
14.	DAVINO CARDOSO DA SILVA
15.	DEBORAH SCHEIDEGGER SOBOLL
16.	DEMETRIO PEREIRA DOS SANTOS
17.	DILTON BATISTA SILVA
18.	EDILSON ALVES DE SOUSA
19.	EDILSON SANTANA DA SILVA
20.	EDMILSON ROSA GABRIEL
21.	ELIANE ZANETTI
22.	ELPIDIO ALVES ROMEIRO
23.	EMANOEL SAMPAIO SCARTEZINI
24.	ERNELSON RODRIGUES DA SILVA
25.	EUSEBIO ALVES DA SILVA
26.	EVANGELISTA PEREIRA DO NASCIMENTO
27.	FELIPE ALBINO ALVES DE FREITAS
28.	FERNANDA ERVILHA LUCCI
29.	FRANCISCO AUGUSTO BARBOSA LIMA
30.	FRANCISCO FERREIRA DE ASSIS
31.	FRANCISCO JOSE FELJO PAIVA
32.	GERALDO DAVIDE SOARES
33.	GERALDO DOS REIS SOARES
34.	GERMANA MARIA CAVALCANTE LEMOS REIS
35.	GILBERTO PEIXOTO DE QUEIROZ
36.	HELENO DE OLIVEIRA SILVA
37.	HELENO DE SOUZA
38.	IVONE CARDOSO DE OLIVEIRA
39.	JAQUELINE DO PRADO SILVA
40.	JESUS JACOMO MANZAN
41.	JOAO DE DEUS SALES
42.	JOAO FRANCISCO MIRANDA
43.	JONAS JOSE FERREIRA
44.	JOSÉ ADONIAS DE OLIVEIRA
45.	JOSÉ ALDEBARAM COSTA RIBEIRO
46.	JOSÉ CALASANS
47.	JOSÉ CARLOS LOPES DE OLIVEIRA
48.	JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
49.	JOSÉ GERALDO DE SOUZA
50.	JOSÉ GERALDO DINIZ
51.	JOSÉ HILTON DA SILVA
52.	JOSÉ SILVIO MOREIRA DA SILVA
53.	KATIA SANTOS FERREIRA MALCHER
54.	LUCIMONE TELES DA SILVA
55.	LUIZ ANTÔNIO VIDAL CHAMON
56.	LUIZ INACIO ROSA RIBEIRO
57.	LUIZ OTÁVIO DE NUNES BRITO
58.	LUIZ UBIRATÁ DE CARVALHO
59.	MAGDA CRISTINA DE MELLO

60.	MANOEL CONCEIÇÃO FERREIRA DO PRADO
61.	MANOEL LUIZ GOMES
62.	MARIA HELENA LOPES DA COSTA
63.	MAURICIO ALFREDO TEIXEIRA
64.	MAURICIO RODRIGUES DA SILVA
65.	MIGUEL BATISTA DE LIMA
66.	MILTON RODRIGUES DA SILVA
67.	MIRIAM DAS GRAÇAS DE MELO
68.	NARA MALVINA FORTES DE LIMA
69.	NELSON ALVES CARDOSO
70.	NUBIA FEITOSA BRAGA LOURENCO
71.	PATRICIA SILVA ROCHA
72.	RAIMUNDO BARBOSA RIBEIRO
73.	RAIMUNDO SALES SOBRINHO
74.	RAUL GONZALEZ ACOSTA
75.	RÔMERO DE MEDEIROS LUCENA
76.	RONALDO MACEDO SOARES
77.	ROZETTI JACOME DE MEDEIROS
78.	SALVADOR MARTINS DA ANUNCIAÇÃO
79.	SALVADOR RODRIGUES LIMA
80.	SIMARA ALVES DE MEDEIROS
81.	TANIA RIBEIRO JUQUEIRA BORGES
82.	VALDIVINO BATISTA DOS REIS
83.	VANETE ROQUE DA SILVA
84.	VANTUIR JOSÉ TAVARES
85.	WALTER PEREIRA LIMA
86.	WEDINA MARIA BARRETO PEREIRA
87.	WILSON EURICO NOBRE DA SILVA
88.	WILSON RODRIGUES DA SILVA

JUSTIFICAÇÃO

O Zoológico de Brasília é sem dúvida o mais democrático espaço de lazer de nossa cidade. Pobres e ricos usufruem com prazer daquele espaço magnífico. Os animais são visivelmente bem tratados. A grama sempre apurada e um convite a um "bate bola" e os jardins estão sempre bem cuidados.

Mas toda essa harmonia só é possível graças ao empenho diário de centenas de funcionários da Fundação Pólo Ecológico de Brasília e da ASSPOLO - Associação dos Servidores da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

Por tudo isso não poderíamos deixar de cumprimentar esses grandes homens pelo brilhante serviço prestado à comunidade de Brasília, conclamando os meus nobres Pares à aprovação desta moção.

Sala das Sessões, em

2005.

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

MOÇÃO Nº **MOÇ 2502/2005**
(Da Deputada EURIDES BRITO)

Apresentar votos de congratulações ao Excelentíssimo Senador RENAN CALHEIROS, Presidente do Senado Federal, pela posição firmemente manifestada, contra o Projeto de aumento de salários dos Parlamentares.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Com base no art. 144, e seus §§. do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares apresentar votos de congratulações ao Excelentíssimo Senador RENAN CALHEIROS, Presidente do Senado Federal, pela posição firmemente manifestada, contra o Projeto de aumento de salários dos Parlamentares.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1º de março corrente, apresentei Moção a esta Casa nos seguintes termos:

"MOÇÃO Nº **DE 2005**
(Da Deputada EURIDES BRITO)

Manifesta à Câmara dos Deputados, votos de apoio a que se conceda percentuais de aumento compatíveis, aos Parlamentares Federais e aos Servidores Públicos Federais.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Com base no art. 144, e seus §§, do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares apresentar, à Câmara dos Deputados, votos de apoio a que se conceda percentuais de aumento compatíveis, aos Parlamentares Federais e aos Servidores Públicos Federais, afastando-se a enorme diferença que vem sendo noticiada.

JUSTIFICAÇÃO

É de sabença geral que tramitam ou tramitarão nos próximos dias, na Câmara dos Deputados, Projetos concedendo aumentos aos Parlamentares Federais e ao funcionalismo Público Federal. A propósito do tema, os meios de comunicação têm noticiado percentuais dispares, a mostrar enorme lacuna entre eles, percentis que variam em cerca de 70% (setenta por cento).

Ora, as variações no campo econômico-financeiro do país, por mais que sejam vistas por ângulos diferentes, não justificam tamanha disparidade de percentuais. Afinal, a inflação medida que exige a concessão de aumentos é a mesma, atingindo as diversas classes trabalhadoras. Dessa forma, propõe-se que os aumentos sejam concedidos em bases compatíveis, máxime quando o ente pagador é o mesmo, a União.

O clamor popular, o tratamento diferenciado, extremamente benigno em relação a uns e, de evidente insensibilidade para com os outros, diante do mesmo tema, fazem-nos apresentar esta Moção, solicitando o apoio dos demais colegas desta Casa.

Sala das Sessões, em 1º de março de 2005.

Deputada **EURIDES BRITO**

Vejo, hoje, com grande satisfação, que a atitude firme e corajosa do Excelentíssimo Senhor Senador RENAN CALHEIROS, Presidente do Senado Federal, fez abortar o malfadado Projeto que pretendia conceder aumento aos Parlamentares, em bases fora da realidade nacional.

A posição de Sua Excelência, contrária a proposta da edição de Lei de aumento salarial, para os Parlamentares foi, sem qualquer dúvida, de suma importância, no sepultamento da idéia de tão execrado aumento.

Merece, portanto, Sua Excelência congratulações do povo de Brasília, através de seus representantes.

Sala das Sessões, em 03 de março de 2005.


Deputada **EURIDES BRITO**

Texto a ser objeto de deliberação do Plenário, nos termos do § 1º do artigo 144 do RI:

Brasília-DF, 03 de março de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, por iniciativa da Deputada EURIDES BRITO, apresenta votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor SENADOR RENAN CALHEIROS, Presidente do Senado Federal, pela posição firmemente manifestada, contra o Projeto de aumento de salários dos Parlamentares.

Assim é que a ilustre parlamentar apresentou Moção e, justificando seu Requerimento, consignou:

Em 1º de março corrente, apresentei Moção a esta Casa nos seguintes termos:

"**MOÇÃO Nº** , DE 2005
(Da Deputada **EURIDES BRITO**)

Manifesta à Câmara dos Deputados, votos de apoio a que se conceda percentuais de aumento compatíveis, aos Parlamentares Federais e aos Servidores Públicos Federais.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Com base no art. 144, e seus §§, do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares apresentar, à Câmara dos Deputados, votos de apoio a que se conceda percentuais de aumento compatíveis, aos Parlamentares Federais e aos Servidores Públicos Federais, afastando-se a enorme diferença que vem sendo noticiada.

JUSTIFICAÇÃO

É de sabença geral que tramitam ou tramitarão nos próximos dias, na Câmara dos Deputados, Projetos concedendo aumentos aos Parlamentares Federais e ao funcionalismo Público Federal. A propósito do tema, os meios de comunicação têm noticiado percentuais dispares, a mostrar enorme lacuna entre eles, percentis que variam em cerca de 70% (setenta por cento).

Ora, as variações no campo econômico-financeiro do país, por mais que sejam vistas por ângulos diferentes, não justificam tamanha disparidade de percentuais. Afinal, a inflação medida que exige a concessão de aumentos é a mesma, atingindo as diversas classes trabalhadoras. Dessa forma, propõe-se que os aumentos sejam concedidos em bases compatíveis, máxime quando o ente pagador é o mesmo, a União.

O clamor popular, o tratamento diferenciado, extremamente benigno em relação a uns e, de evidente insensibilidade para com os outros, diante do mesmo tema, fazem-nos apresentar esta Moção, solicitando o apoio dos demais colegas desta Casa.

Sala das Sessões, em 1º de março de 2005.

Deputada **EURIDES BRITO**

Vejo, hoje, com grande satisfação, que a atitude firme e corajosa do Excelentíssimo Senhor Senador RENAN CALHEIROS, Presidente do Senado Federal, fez abortar o malfadado Projeto que pretendia conceder aumento aos Parlamentares, em bases fora da realidade nacional.

A posição de Sua Excelência, contrária a proposta da edição de Lei de aumento salarial para os Parlamentares foi, sem qualquer dúvida, de suma importância, no sepultamento da idéia de tão execrado aumento.

Merece, portanto, Sua Excelência congratulações do povo de Brasília, através de seus representantes.

Deputado Distrital **FÁBIO BARCELLOS**
Presidente da CLDF

Moção Nº **MOÇ 2503/2005**
(Vários deputados)

Protesta junto aos senhores deputados federais Alberto Fraga, Jorge dos Reis Pinheiro, José Fuscaldi Cezílio (Tático), José Roberto Arruda, Maria José Conceição (Maninha), Nelson Tadeu Filippelli, Sigmaringa Seixas e Wasny de Roure, no sentido de votarem contra a Medida Provisória nº 232.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Com base no art. 144, § 3º do Regimento Interno desta Casa, propomos o encaminhamento de Moção, protestando junto aos senhores deputados federais Alberto Fraga, Jorge dos Reis Pinheiro, José Fuscaldi Cezílio (Tático), José Roberto Arruda, Maria José Conceição (Maninha), Nelson Tadeu Filippelli, Sigmaringa Seixas e Wasny de Roure, no sentido de votarem contra a Medida Provisória nº 232.

JUSTIFICAÇÃO

A edição da Medida Provisória nº 232 ocasionou a revolta de toda a sociedade brasileira, que não suporta mais o aumento da carga tributária, uma das maiores do planeta.

A citada medida provisória teve o condão de aglutinar a classe empresarial e laboral contra o Governo Federal, mobilizando também todo o restante a sociedade civil, contra essa malfada iniciativa.

Assim solicitamos aos nobres deputados federais que se posicionem ao lado da sociedade, votando não a Medida Provisória nº 232

Entendemos justa e oportuna a presente Moção solicitando o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado **Leonardo Prudente**

Deputada **Anilcéia Machado**

Deputada **Ariete Sampaio**

Deputado **Augusto Carvalho**

Deputado **Benício Tavares**

Deputado **Chico Floresta**

Deputado **Chico Leite**

Deputado **Chico Vigilante**

Deputada **Elfana Pedrosa**

Deputada **Érika Kokay**

Deputada **Eurides Brito**

Deputado **Exedito Bandeira**

Deputado **Fábio Barcellos**

Deputado **Gim Argelo**

Deputado Agnaldo de Jesus

Deputado Jorge Cauhy

Ante os fatos, conclamo os nossos pares à aprovação da presente moção.

Deputado José Edmar

Deputado Brunelli

Sala das Sessões, em 03.03.2005

Deputado Odilon Aires

Deputado Paulo Tadeu

REQUERIMENTO Nº RQ 1777/2005
(Da Deputada Ariete Sampaio)

Deputado Pedro Passos

Deputado Peniel Pacheco

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal.

Deputado João de Deus

Deputado Wilson Lima

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, com amparo no art. 145, XIX, e 40 do Regimento Interno, que sejam solicitados ao Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal os relatórios trimestrais relativos aos 3º e 4º trimestres de 2004, conforme dispõe o art. 12, da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993. E ainda que, na oportunidade de envio, o Senhor Secretário manifeste-se sobre possíveis datas para que venha à Câmara Legislativa, trimestralmente, para, em Audiência Pública da Comissão de Educação e Saúde, discorrer sobre os relatórios.

MOÇÃO Nº MOÇ 2504/2005
(Do Deputado WILSON LIMA)

JUSTIFICAÇÃO

Repudia e externa preocupação ao Ato da Câmara dos Deputados que aprovou a Lei da Biosegurança no que diz respeito à pesquisa de células-tronco de embriões humanos, sem esgotar, ao nosso ver, todas as instâncias do debate democrático.

É competência regimental da Comissão de Educação e Saúde acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência, nos termos do art. 69, do Regimento Interno da CLDF.

O art. 12, da Lei nº 8.689/1993, dispõe, *in verbis*:

"Art. 12. O Gestor do Sistema Único de Saúde em cada esfera de governo apresentará, trimestralmente, ao conselho de saúde correspondente e em audiência pública nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas respectivas, para análise e ampla divulgação, relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contrata ou conveniada."

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro nos termos do art. 144, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa propomos aos nossos pares moção de repúdio, extermando apreensão à aprovação da Lei de Biosegurança, no que diz respeito à pesquisa de células-tronco de embriões humanos, sem esgotar, ao nosso ver, todas as instâncias do debate democrático – considerando principalmente o risco e a falta de controle que poderá advir da medida, contra a Vida e a Ética, em sua essência básica.

JUSTIFICAÇÃO

Os jornais de hoje, 03 de março, noticiam, com veemência, a aprovação da Lei de Biosegurança na Câmara Federal. Destacam também, a pressão de Grupos Econômicos, artistas e médicos para aprovação do referido Projeto no Congresso.

Não foi suficiente o esforço do Presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcante, católico praticante e fervoroso, defensor dos princípios religiosos de nossa Igreja, e, como eu, preocupado com o desenrolar dessa questão tão importante para a nossa sociedade e para o princípio da vida e do próprio ser humano.

Acreditamos que o assunto deveria ser melhor debatido, encontrando-se caminhos mais seguros e garantias concretas à aprovação da referida Lei. A pressão de grupos econômicos fazem com que fiquem esquecidas as causas que devem nortear o ser humano – a sua dignidade e a ética da vida em sua expressão maior.

Não somos contra a pesquisa científica. Estamos apreensivos com os rumos como as coisas estão sendo encaminhadas, a toque de caixa e a pressão de grupos, o que poderá significar um descaso à sociedade.

Deputada Ariete Sampaio

REQUERIMENTO Nº RQ 1778/2005
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Infra-Estrutura de cópia do processo relativo a contratação da Novacap, com dispensa de licitação, para o serviço de modernização/atualização de elevadores e outros equipamentos para o Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Em conformidade com o disposto no art. 145, do Regimento Interno desta Casa, requero o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Infra-Estrutura e Obras, de cópia do processo relativo a contratação da Novacap, com dispensa de licitação, para o serviço de modernização/atualização em seis elevadores Atlas, fornecimento de 5 elevadores novos e fornecimento e instalação de uma plataforma vertical, no valor total de R\$ 1.892.746,90, para o Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade solicitar à Secretaria de Infra-Estrutura e Obras, cópia do processo relativo a contratação da Novacap, com dispensa de licitação, para o serviço de modernização/ atualização em seis elevadores Atlas, fornecimento de 5 elevadores novos e fornecimento e instalação de uma plataforma vertical, no valor total de R\$ 1.892.746,90, para o Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

O significativo montante da operação realizada com dispensa de licitação, além da alternativa de a Secretaria de Infra-Estrutura adquirir diretamente os bens, com menores custos, justificam uma análise mais acurada do referido processo por esta Casa de Leis.

Dentre as competências da Câmara Legislativa encontra-se a de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, que também atribui poderes à esta Casa para tratar do tema, conforme o art. 58, XVI que define:

"Art. 58. Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida esta para o especificado no art. 60 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:

I - ...

XVI – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração direta;"

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Infra-Estrutura e Obras apresente as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

REQUERIMENTO Nº 1779/2005
(vários Deputados)

Requer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os pagamentos da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, relativos à contratação de serviços de terceiros, em especial de internações em UTI no HOSPITAL SANTA JULIANA, no período de 2002 a 2005, materializadas em investigações do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, e do Ministério Público do Distrito Federal, que apontam condutas ilícitas e imorais de agentes públicos, desvios de recursos do SUS, favorecimentos ilegais e prejuízos latentes para a população do Distrito

Federal, além de evidentes violações dos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade que regem a Administração Pública.

01. Os parlamentares adiante subscritos, nos termos do art. 68, § 2º da lei Orgânica do Distrito Federal e art. 72, 73 e 74 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar os pagamentos da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, relativos à contratação de serviços de terceiros, em especial de internações em UTI no HOSPITAL SANTA JULIANA, no período de 2002 a 2005, materializadas em investigações do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, e do Ministério Público do Distrito Federal, que apontam condutas ilícitas e imorais de agentes públicos, desvios de recursos do SUS, favorecimentos ilegais e prejuízos latentes para a população do Distrito Federal, além de evidentes violações dos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

02. REQUEREMOS, ainda ao Plenário, desta Augusta Casa Legislativa, autorização para que a presente "CPI" requisite, em caráter transitório, sem ônus para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a participação de um Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, bem como, de funcionários de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública direta, indireta e fundacional do Distrito Federal, podendo inclusive, solicitar a cessão, nas mesmas condições, de servidores dos Poderes Federais, necessários à execução dos trabalhos.

03. REQUEREMOS por fim, a tramitação em regime de URGÊNCIA desta Proposição.

JUSTIFICAÇÃO

A saúde pública no Distrito Federal frequentemente é matéria da mídia local e nacional. Lamentavelmente as notícias veiculadas não são motivos de orgulho para a população do Distrito Federal. Ao contrário, envergonha-nos profundamente. A população sofre com a desorganização administrativa e com as suspeitas de desvio de dinheiro público, que ocasionam problemas já bastante conhecidos de quem é usuário do Sistema Único de Saúde – SUS - do Distrito Federal. Faltam remédios, equipamentos hospitalares e profissionais de saúde.

Um dos aspectos que refletem o desmonte do sistema público de saúde nos últimos anos diz respeito à paralisia do incremento de leitos de unidades de terapia intensiva, UTIs, associada à desativação gradativa dos leitos de UTI existentes. A prática do atual Secretário de Saúde tem sido optar por escoar as demandas por leitos de UTI para a rede privada prestadora de serviços de saúde, de forma ilegal e imoral, segundo investigações realizadas.

Tal procedimento, que envolve recursos repassados ao Governo do Distrito Federal pelo SUS, aliado às frequentes notícias veiculadas pela mídia de procedimentos relativos à saúde, lesivos à população do Distrito Federal, além de denúncias de Parlamentares, levou o DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS – DENASUS, órgão do Ministério da Saúde, juntamente com o Ministério Público do Distrito Federal, a promoverem uma auditoria na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para auferirem a legalidade, a moralidade, a impessoalidade e a publicidade dos contratos daquela Secretaria com a rede privada de saúde, na utilização de leitos de UTI.

Os relatórios da auditoria foram encaminhados a esta Casa de Leis no dia de hoje, 02/03/2004, e, diante das conclusões extremamente graves oferecidas, evidencia-se a necessidade de aprofundamento das apurações de ilegalidades, imoralidades, favorecimentos ilícitos e desvio de dinheiro do SUS por parte de alguns agentes públicos envolvidos.

Salta aos olhos as conclusões do relatório de auditoria que apurou as seguintes ilicitudes, dentre outras:

1- Não foi firmado nenhum contrato e/ou convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde e os hospitais da rede privada, contrariando a Lei 8.666/93. Utilizaram deliberada e ilegalmente a dispensa de licitação, fundamentando-se em suposta EMERGÊNCIA, para os pagamentos das internações efetuadas. Evidente que não se trata de emergência, pois a muito se sabe que os leitos de UTI na rede pública são insuficientes para a demanda crescente, até porque ocorreram desativações de alguns e ausência de investimentos em novos leitos.

2- Os valores que foram pagos não obedeceram a tabela de procedimentos do SUS. PAGOU-SE O PREÇO DE MERCADO, como se os pacientes da rede pública fossem pacientes particulares, contrariando até mesmo o edital de credenciamento 001/2003-SES, onde determinava explicitamente o pagamento pela tabela do SUS. Hospital é prestador de assistência à saúde e, sendo propriedade privada, tem que atentar pra essa função social, finalidade precípua. Assim, o atual gestor do Sistema de Saúde Pública do Distrito Federal, ao invés de pagar preços exorbitantes para atendimento, deveria manter contratos/convênios com os hospitais e o SUS. O locupletamento ilícito de entidades privadas teria utilização muito mais apropriada, caso investida no melhoramento da rede hospitalar pública, com instalações, equipamentos e leitos de UTI.

3- Não foi realizado nenhum procedimento licitatório objetivando selecionar a proposta mais vantajosa, de modo a obter os serviços desejados. O hospital arbitrava o valor. Tal prática, além de lesiva à Administração Pública, viola o princípio constitucional da isonomia que determina o tratamento igualitário a todos quantos desejem participar.

4- Constatou-se um inequívoco favorecimento ao HOSPITAL SANTA JULIANA, com o direcionamento para aquele nosocômio de 98,63% das internações em UTI da rede privada pagas pela Secretaria de Saúde no ano de 2003/2004. Além disso, constatou-se o favorecimento na prioridade dos pagamentos àquela entidade.

5- Em vários processos existem glosas parciais de procedimentos médico-hospitalares, verificados pela Auditoria da própria Secretaria de Estado de Saúde do DF, mas pagos em sua totalidade, ignorando o aludido parecer.

6- Foram constatadas várias divergências entre as datas de entrada/saída especificadas na fatura com as registradas em prontuários médicos, evidenciando o pagamento por internações em UTI que efetivamente não ocorreram.

A conduta do Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, Sr. Arnaldo Bernardino Alves, além de apontada como ilícita, apurou-se que também foi transpassada pela imoralidade. Ao investigarem o favorecimento ao HOSPITAL SANTA JULIANA, constataram que a Diretora Financeira do mesmo, Sra. ADAÍZA ALVES DE MOURA, tem relação de parentesco direta com o Sr. Arnaldo Bernardino Alves.

Além disso, constatou-se que o HOSPITAL SANTA JULIANA E A CEMEP - Clínica de Especialidades Médicas Planaltina LTDA PERTENCEM À MESMA FAMÍLIA, de sobrenome "MADEIRA LEITE", sendo que o Sr. Alberto Jorge Madeira Leite é médico da Secretaria de Estado de Saúde lotado no gabinete do Secretário.

A auditoria apurou que a CEMEP realizou empréstimos financeiros ao HOSPITAL SANTA JULIANA no valor de quase meio milhão de reais em 2003, sendo o primeiro deles em 01/04/2003.

Apurou que o Sr. Arnaldo Bernardino foi sócio da CEMEP no período de 2001 a 2003. A saída "formal" do Secretário de Saúde da sociedade CEMEP só foi registrada na Junta Comercial do Distrito Federal em 28/05/2003, sob nº 20030258391, sendo que foi nomeado Secretário de Estado em 23/11/2002.

A triangulação é evidente. O CEMEP, que tinha como sócio o Sr. Arnaldo Bernardino, realiza empréstimo ao HOSPITAL SANTA JULIANA, cujos donos são da mesma família. Em seguida o Secretário de Saúde entrega o 99% do dinheiro público utilizado para pagamento de UTIs da rede privada, sem licitação e com valores exorbitantes, ao HOSPITAL SANTA JULIANA, cuja Diretora Financeira tem relação de parentesco direta com o Secretário.

Causa espécie e repúdio a ousadia que marcou a sucessão tais fatos. O dinheiro público é colocado a serviço de interesses particulares. Evidentes são os indícios de sobreposição do interesse particular, sobre o interesse público.

Os atos do Secretário de Saúde do Distrito Federal ora impugnados ferem mortalmente a legislação pátria. Se as irregularidades estão amplamente demonstradas, por certo também estão as afrontas aos princípios da legalidade, da eficiência e da moralidade previstos no art. 37 da CF/88:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Além disso, as características antes descritas afrontam também o princípio da impessoalidade, o qual, de acordo com Hely Lopes Meirelles, nada mais é do que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.

E, se o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, fica o Administrador impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros.

O que o princípio da finalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente a satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade. Esse desvio de conduta dos agentes públicos constitui uma das mais insidiosas modalidades de abuso de poder.

Resta claro, então, que o Administrador não pode praticar atos em desacordo com a lei e com os princípios. Tal atitude subverte a natureza pública da Administração e os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e da legalidade. Favorecer pessoas, superfaturar pagamentos, desviar dinheiro do SUS e burlar o princípio da licitação pública, constituem graves ofensas aos princípios constitucionais retro mencionados.

E, nesse ponto o ato revela a mais grave inconstitucionalidade, tal como leciona CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO:

"Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos.

É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de todos os valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustêm e alui-se toda estrutura neles reforçada" (').

Conforme se conclui dos fatos retro narrados, o princípio da legalidade foi violentado. O primeiro princípio do Estado Democrático de Direito, e do sistema constitucional brasileiro, é sem dúvida o princípio da legalidade. Segundo este princípio, os cidadãos, os agentes públicos e todos submetidos ao estado só podem fazer o que a Lei permite. É o princípio da completa submissão do Estado às Leis e ao Direito buscando a Justiça Social.

Na administração pública só é possível fazer o que a lei antecipadamente autoriza. Administrar é prover aos interesses públicos, assim caracterizados em lei, fazendo-a na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições. A lei deve ser aplicada na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada. Desatender o fim legal é desatender a própria lei.

Os fatos narrados, além de ilegais, são lesivos ao patrimônio público. Na conceituação de Hely Lopes Meirelles "lesivo é todo ato ou omissão administrativa que desfalca o erário ou prejudica a Administração"². Restou evidente e qualificado o prejuízo à Administração Pública.

Contudo, como se não fosse mais que suficiente, o relatório de auditoria aponta a violação a moralidade administrativa pública.

O ensinamento do mestre administrativista brasileiro, Hely Lopes Meirelles, é cristalino sobre o tema: "O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também, entre o honesto e o desonesto"³.

Os atos do Sr. Arnaldo Bernardino, apontados no relatório de auditoria, tropeçam, de maneira intencional, na moralidade administrativa, explicitando de forma inequívoca o conluio entre o agente público e a iniciativa privada para o locupletamento ilícito.

A moralidade administrativa foi violada no abuso do direito, no desvio do poder e mesmo na razoabilidade. Não houve, por parte do Secretário de Saúde, em nenhum momento, o desejo de preservar os princípios éticos da Administração.

Afinal, no conceito de moralidade administrativa vai ser aferida também a probidade do servidor, que deve "servir à Administração com honestidade, procedendo no exercício de suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal ou de outrem a quem queira favorecer"⁴. No caso em tela, à imoralidade administrativa soma-se o binômio lesividade-ilegalidade. Até porque, geralmente, aonde vai a corda vai a caçamba. Aqui lançamos mão dos ensinamentos de Rodolfo de Camargo Mancuso: "A imoralidade administrativa trará, subjacente, a afronta a um dispositivo legal, de modo mais ou menos explícito."⁵

Além das violações legais acima descritas, restam evidentes os fortes indícios dos atos de improbidade administrativa tipificados na Lei 8.429/92, sobretudo atos QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO (art. 9º, inc. I, II, III, VIII e XII); QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO (art. 10, inc. I, IV, VII, VIII e XII); QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (art. 11, inc. I, II, III, IV, V, VI e VII).

Conforme ficou demonstrado, as condutas do Secretário de Saúde do Distrito Federal acima relacionadas romperam, não só na condição de representante do povo, como ainda, no estágio de funcionário público e agente da administração do Poder Executivo Distrital, as normas e os princípios já anotados.

O Poder Legislativo tem a obrigação legal e moral de investigar estas denúncias. Deve ele, como já se constituiu em outros momentos, ser o instrumento eficiente para estancar, mais uma vez, as condutas lesivas à população do Distrito Federal.

A CPI possui instrumentos legais, materiais e humanos com condições mais apropriadas para aprofundar as investigações ora iniciadas.

Por esta razão, buscando o fortalecimento das ações do Poder Legislativo Distrital em sua ação fiscalizadora, espera-se o apoio de todos os parlamentares, demonstrando assim, a defesa da sobreposição do interesse público ao interesse particular.

Ressaltamos que o presente requerimento busca constituir uma comissão parlamentar de inquérito isenta, que investigue profundamente o assunto em tela, no estrito caminho da legalidade.

Sala das sessões, 02 de março de 2005.

Deputado Afonso Sampaio (PT)

Deputado Augusto Carvalho (PPS)

Deputado Brunelli (PP)

Deputado Chico Floresta (PT)

Deputado Chico Leite (PT)

Deputado Chico Vigilante (PT)

Deputada Eliana Pedrosa (PFL)

Deputado Erika Kokay (PT)

Deputado Fábio Barcellos (PFL)

Deputado José Edmar (PRONA)

Deputado Leonardo Prudente (PFL)

Deputado Paulo Tadeu (PT)

Deputado Peniel Pacheco (PDT)

Deputado Wilson Lima (PRONA)

Deputado Agnaldo de Jesus (PMDB)

Deputada Eurides Brito (PMDB)

Deputado Expedito Bandeira (PMDB)

Deputado Gim Argello (PTB)

Deputado Benício Tavares (PMDB)

Deputado João de Deus (PMDB)

Deputado Jorge Cauhy (PMDB)

Deputado Pedro Passos (PMDB)

Deputado Odilon Aires (PMDB)

Deputado Anilceia Machado (PMDB)

Anexo Relatório
Portaria 1836/2004
Serviço Financeiro
Nº. 2819.009664/04-62

¹) Elementos de Direito Administrativo, p. 230.

²) In Mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, 11ª ed., Ed. RT, São Paulo, 1987, p. 85.

³) In Direito Administrativo Brasileiro, 2ª ed., Ed. RT, S. Paulo, 1966, p. 56.

⁴) Manoel Caetano, in Manual de Direito Administrativo, Forense, 1970, t. II/684. Vale a pena confrontar a questão suscitada nesta Ação Popular e acordios recentes, como este do TJSP: 7ª C., rel. Des. Campos Mello, v.u. j. 26.6.91, RT 673/61. Ou ainda, um segundo, com a seguinte EMENTA: Abuso Configurado. Desvio de finalidade pública. Ofensa à moralidade pública, 8ª C., rel. Des. Manoel Carlos, maioria, j. 9.5.90, Boletim de Direito Municipal, maio/92, p. 234.

⁵) In Ação Popular, 2ª ed. revista e ampliada, São Paulo, Ed. RT, 1996, p. 95.

REQUERIMENTO Nº 1780/2005
(Do Deputado Chico Vigilante)

Requer informações ao
Departamento de Trânsito do
Distrito Federal – DETRAN-DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos dos arts. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e 40 do Regimento Interno desta Casa, requeremos Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF as seguintes informações:

1. discriminadas pelos anos de 2002, 2003 e 2004:
 - 1.1. número da frota de veículos em circulação, com placas DF e não DF;
 - 1.2. número de notificações de multas classificadas por:
 - a) veículo com placa DF e não DF;
 - b) classe de veículo (de passeio, transporte coletivo, motos, etc);
 - c) período noturno e diurno e dias úteis e não úteis;
 - d) grau de infração (segundo o percentual acima da velocidade limite);
 - e) sexo do infrator;
 - f) idade do infrator.
 - 1.3. número de veículos que não sofreram notificação por infração de trânsito;
 - 1.4. percentual de frota que trafega irregularmente, especificando o tipo de irregularidade, se relativa a multas, IPVA, seguro obrigatório, ou outras;
2. projeção da frota em circulação estimada para 2005, 2006 e 2007;
3. receita gerada por fonte;
4. despesa por função programática.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, compete aos órgãos executivos de trânsito coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN. Este organiza, então, a estatística geral de trânsito. O trabalho desses órgãos é fundamental para as ações preventivas de educação e segurança para o trânsito. Os dados acima, portanto, devem estar disponíveis nos arquivos do órgão, sendo de fácil sistematização em função da modernização informática do órgão.

No ano passado, esta Casa encaminhou o Requerimento de Informação nº 1.288/2004, de nossa iniciativa, que requereu uma série de informações sobre as multas de trânsito e a aplicação da receita delas proveniente. Registre-se que o Requerimento foi prontamente atendido.

Assim, no exercício da competência parlamentar, solicito sejam essas informações encaminhadas com a maior presteza, para que o Poder Legislativo tenha conhecimento de informações importantes sobre o Distrito Federal, nesse contexto.

Sala das Sessões, em de março de 2005.

Deputado Chico Vigilante
Partido dos Trabalhadores

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO, líder do Governo.

- Manifesta satisfação por ter participado de solenidade de filiação do Deputado Gim Argello ao PTB.
- Considera positivo o encontro de diversos parlamentares da Frente Democrática com o Governador Roriz para recomposição da base de apoio ao Executivo.
- Congratula-se com o Governador pela iniciativa de buscar solução para minimizar os conflitos.
- Parabeniza a Deputada Arlete Sampaio por não ter duvidado da posição dos governistas da Frente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, líder do Bloco Frente Democrática.

- Critica declaração do Governador Roriz de que o Bloco Frente Democrática foi desfeito.
- Afirma que não cabe ao Governador pronunciar-se a esse respeito, mas sim aos parlamentares que compõem o Bloco.
- Destaca que os parlamentares foram eleitos para defender os interesses da população do Distrito Federal, ao contrário do que pensa jornalista da TV Globo.
- Observa que os deputados da Oposição, em diversas ocasiões, votaram favoravelmente a projetos do Executivo, defendendo o interesse da população.
- Espera que os parlamentares não votem projetos sem conhecer-lhes o conteúdo.
- Assegura que o Bloco Frente Democrática ainda se mantém.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS)

- Apóia o pronunciamento da Deputada Arlete Sampaio e considera indevidas as declarações do Governador Roriz a respeito do Bloco Frente Democrática.
- Critica a ingerência do Governador no Legislativo local, bem como a interferência do Governo federal quando da eleição do Presidente da Câmara dos Deputados.
- Afirma que não houve tentativa de cooptar os parlamentares governistas, que compõem o Bloco.
- Defende a necessidade de averiguar os gastos com a obra da CLDF e de convocar os responsáveis pela publicidade e pela informática da Casa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS, pela liderança do PMDB.

- Ressalta que cabe ao povo analisar a atitude do Partido dos Trabalhadores em relação à Frente Democrática.
- Julga que o PT necessita dos deputados governistas dissidentes para a sobrevivência da Frente.
- Acrescenta que o PT não vai destruir um Governo que tem 84% de aceitação popular.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL)

- Comenta a reunião realizada ontem, em Águas Claras, entre o Governador Roriz e seis deputados da Frente Democrática.
- Esclarece que essa Frente foi formada para mudar os procedimentos da Casa.
- Analisa que as palavras do Governador sobre o fim da Frente Democrática não devem ser interpretadas literalmente.
- Afirma que a Frente só se dissolverá quando não houver mais crença em seus valores e princípios.

DEPUTADO BRUNELLI (PP)

- Reitera o pedido de reunião dos parlamentares com a líder do Governo, o secretário parlamentar e a secretária de Gestão Administrativa, com o objetivo de buscar soluções para a possível demissão dos funcionários da TCB, SAB, Ceasa e Codeplan.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Reporta-se à reunião do Governador com os membros da Frente Democrática.
- Aponta como objetivo da formação da Frente a independência do Legislativo na apreciação dos projetos de interesse da população.
- Comenta o entendimento diferenciado das palavras do Governador a respeito do término da Frente Democrática.
- Pede reunião da Frente para discutir seus objetivos e compromisso.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)

- Explica que houve uma proposta quando da formação da Frente Democrática.
- Esclarece que não há motivo para dúvida quanto à conversa do Governador com os parlamentares da bancada do Governo.
- Assevera que a Frente Democrática existirá enquanto os parlamentares defenderem o mesmo ideal, independentemente da bancada a que pertencam.
- Declara que assinará o requerimento para abertura da CPI da Saúde.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)

- Considera que a reunião de ontem atesta o aspecto embrionário da democracia no País.
- Argumenta que a Frente Democrática quer a independência do Poder Legislativo.
- Reporta-se aos problemas na Saúde do Distrito Federal.
- Defende a vinda do Secretário de Saúde a esta Casa para justificar a posição desse gestor público que tem interesse no Hospital Santa Juliana, que é particular.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PMDB)

- Comunica que a bancada do Governo será contrária ao veto ao Projeto de Lei nº 1.520/2004.
- Questiona a celeuma da Frente Democrática sobre a declaração do Governador sobre o término da Frente.
- Comenta que o PT necessita da ajuda dos parlamentares dissidentes do PMDB como suporte para a Frente Democrática.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB)

- Discorda da opinião da Deputada Arlete Sampaio de que o Governador Roriz interfira na Câmara Legislativa.
- Contrasta a posição do Governador com a interferência de assessores do Palácio do Planalto na eleição da presidência da Câmara dos Deputados.
- Acrescenta que esses assessores se manifestaram durante o processo de eleição dos presidentes das comissões da CLDF.
- Conclama os pares a votarem a Ordem do Dia, objetivo da sessão plenária.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Afirma que o pronunciamento do Deputado João de Deus demonstra que o PT não está em crise.
- Refere-se a fato inédito nesta Casa: a bancada governista tentou obstruir a votação de projetos do Governo.
- Julga que a criação da Frente alterou a atitude da CLDF: agora os interesses da população se sobrepõem aos do Buriti.
- Lê o parágrafo 5º do Ofício do Ministério Público da União que atesta as péssimas condições de atenção à saúde do DF.
- Responsabiliza o Secretário Arnaldo Bernardino por essa situação.
- Pede aos deputados que aprovem o pedido de instauração da CPI da Saúde.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)

- Declara que não lhe causou apreensão a visita ao Governador Roriz dos deputados ligados à Frente.
- Acrescenta que alguns, preocupados com a eleição de deputados desse Bloco para a presidência, corregedoria e presidência das comissões, obstruíram as votações.
- Exorta a Frente a manter sua seriedade.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB)

- Considera natural a formação de grupos, mas a discussão sobre essa formação não deve sobrepor a necessidade de entendimento, conforme pensa o Governador.

- Congratula-se com o Deputado Fábio Barcellos pelo equilíbrio na condução dos trabalhos da Mesa Diretora.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB)

- Ressalta que a composição de blocos parlamentares na Casa não atrai o interesse da população, mas sim o trabalho de cada deputado.
- Comunica o encaminhamento de telegrama ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, em que o cumprimenta por sua posição contrária ao aumento salarial de parlamentares do legislativo federal.
- Comenta a manchete do *Correio Braziliense* "Severino desiste dos supersalários" e atribui essa decisão à pressão popular.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Refere-se à decisão do TRT/DF de condenar a CAESB a indenizar servidora vítima de assédio moral praticado por funcionário da empresa.
- Declara que votará contra o veto do Governador ao projeto dos *quiosqueiros*.
- Salienta que a rejeição do veto não modificará a condição desses trabalhadores: o Executivo local nem sempre cumpre a legislação aprovada pela Casa.
- Sugere ao Presidente Fábio Barcellos que convoque o GDF para discutir com os trabalhadores uma possível solução para o problema.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PFL)

- Anuncia à Mesa o encaminhamento da documentação exigida pelo Ministério das Comunicações para a concessão de canal aberto à TV Legislativa.
- Solicita à líder e ao assessor de Governo seu empenho para colher a assinatura do Governador em requerimento com essa finalidade.
- Declara que foi eleito para respeitar sua consciência, contrariamente à opinião de jornalista.
- Anuncia a apresentação de moção em que pede aos deputados federais o voto contrário à MP 232.
- Registra as manifestações de congratulação que recebeu por sua filiação ao PFL.

DEPUTADO WILSON LIMA (Prona)

- Anuncia que apresentou moção de repúdio à decisão dos deputados federais de aprovar a Lei de Biossegurança.
- Manifesta sua posição contrária ao aborto.

3 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que foi recebido, juntamente com os Deputados Eliana Pedrosa, Leonardo Prudente e Chico Vigilante, pelo Ministro das Comunicações para tratar da concessão de canal aberto para a TV Legislativa.

4 ENCERRAMENTO**Presidente (Deputado Chico Floresta):**

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

Comissões

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- PROJETO DE LEI nº 413/03, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) CHICO FLORESTA, que assegura a livre locomoção aos Militares das Forças Armadas Brasileiras, em todos os veículos de transporte público coletivo do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 04/03/05
Último Dia: 17/03/05

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 108/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que dá nova redação ao Capítulo IV e ao art. 29 da Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, que "dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e institui as taxas que especifica e dá outras providências".

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 15/03/05
Último Dia: 29/03/05

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 423/05, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) FÁBIO BARCELLOS, que concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Héctor Valverde Santana.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 10/03/05
Último Dia: 23/03/05

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 966/01, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) JOSÉ EDMAR, que desafeta e destina área para implantação da Área de Desenvolvimento Econômico - ADE dos Micro e Pequenos Empresários do Lago Norte e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 16/03/05
Último Dia: 30/03/05

NOTA

De acordo com o Art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.

prazo para Emendas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE "DEMOLIÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE Nº 4, DO SETOR LESTE DO GAMA", REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2004.

Às 9 horas do dia vinte e seis de novembro de 2004, o Mestre de Cerimônias convidou, para compor a Mesa da Audiência Pública para discutir a "Demolição do Centro de Saúde nº 4, do Setor Leste do Gama", Deputada Arlete Sampaio, a Segunda Secretária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Eliana Pedrosa, o Diretor do Hospital Regional do Gama, Dr. Carlos Teófilo, representando, nesta oportunidade, o Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, o Presidente da Associação Comercial e Industrial do Gama, Osvaldo Pacheco e a representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Wlândia Oliveira. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, convidou para fazer parte da Mesa o Sr. Elder Mager, representando a comunidade. A seguir, cumprimentou os presentes e justificou o evento, em face de ter sido procurada, por diversas pessoas da comunidade do Gama, inclusive, os servidores da saúde para tentar uma solução a respeito do Centro de Saúde nº 4, e lembrou a história desse Centro desde 1995, quando o Deputado Manoel de Andrade apresentou um Projeto de Lei, que dispunha sobre a transformação das quadras leste, entre as Quadras nºs 37,38,40 e 41 do Setor Leste do Gama em uma única via de acesso e dava outras providências, e os Deputados César Lacerda e Geraldo Magela fizeram um Projeto de Lei que definia a transferência do Centro de Saúde nº 4 do Setor Leste do Gama e dava outras providências. Prosseguiu, acrescentando que, à época do governo Cristovam, foram iniciados os procedimentos para a construção desse novo Centro de Saúde, e que, em função da derrota eleitoral, o projeto não foi para frente e a construção do Centro de Saúde não foi retomada até o momento, complicando a situação com o desabamento de uma parte do teto, e a transferência dos servidores para outros Centros. Comunicou, que apresentou uma Emenda à Lei Orçamentária Anual, para o ano de 2005, relativa à construção do Centro de Saúde nº 4, e que deseja ouvir a opinião das diversas pessoas e representantes interessados nessa discussão para encontrar uma saída para esse problema. Concedeu a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, que cumprimentou todos e declarou seu posicionamento de ouvir primeiro as manifestações e, posteriormente, manifestar-se. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, passou a palavra ao Dr. Carlos Teófilo, Diretor da Regional do Gama, representando o Secretário de Saúde, que cumprimentou os presentes e afirmou ter assumido a administração da saúde, no Gama, em novembro do ano passado, e ao perceber a situação, retomou o problema e, ao fazê-lo, descobriu estar "mexendo num angu cheio de carço" o que ocasionou uma entrevista do Deputado Wilson Lima, com vários representantes da comunidade do Gama, com o representante da Associação Comercial e vários membros da comunidade, que foram até ao Secretário de Saúde e ficou acordado que se construiria, a partir do ano seguinte o Centro de Saúde nº 4, na Área Especial nº 2. Alertou para o fato de que a reforma do Centro de Saúde nº 4, atualmente está orçada em R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), valor que daria para construir, pelo menos, uns dois postos. Narrou problemas enfrentados com a firma


contratada para fazer o baldrame, que, por não ter recebido pagamento, desapareceu com a planta, mas garantiu que, com a Emenda Orçamentária e com o compromisso do Secretário de Estado de Saúde e do Governador Joaquim Roriz, a previsão é erguer o Centro e colocá-lo em funcionamento. Agradeceu muito o interesse da Câmara Legislativa do Distrito Federal de ver resolvido um problema que tem afligido o Gama, e lembrou à Deputada Arlete Sampaio, que o projeto não é de mil novecentos e pouco, mas de pelo menos, vinte anos quando já era pleiteado pela população do Gama e, que, se Deus permitir, este ano será respondido este anseio da comunidade. Nessa oportunidade, a Presidente, Deputada Arlete Sampaio, registrou as presenças do Administrador do Gama, Sr. Antônio Alves do Nascimento, e do Deputado Wilson Lima, e concedeu a palavra ao primeiro. O Administrador do Gama saudou os presentes e afirmou ter chegado há um pouco mais de quatro meses e ainda não conhecia toda a história do Posto de Saúde, mas, juntamente com a Deputada Arruda, esteve com o Secretário, pleiteando a solução para o problema, anseio da comunidade. Declarou que o Dr. Arnaldo Bernardino foi muito firme em sua posição, de acordo com a comunidade, de que somente seria feita a derrubada do Posto de Saúde, quando iniciadas as obras do novo Posto de Saúde, e afirmou, categoricamente, que o projeto já estava pronto, a solicitação da verba já estava com o Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino de Oliveira, de quem dependia a liberação da verba, para que fosse iniciada a construção do Posto de Saúde, e que, provavelmente, em janeiro e fevereiro seria possível demolir o antigo Posto de Saúde. Ratificou informação do Dr. Teófilo de que o Posto de Saúde tinha sido iniciado no Governo Cristovam Buarque, mas de uma forma irregular, sem licitação, e o custo foi em torno de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para o baldrame, mas, como não existia uma forma legal, não se deveria iniciar a obra a partir do baldrame existente, daí a necessidade de novo processo, que se encontra pronto e consolidado para ser efetivado no fim do ano. Reafirmou seu interesse, como administrador, em viabilizar as situações previstas, e que não há intenção de reerguer o Posto de Saúde, pois fica mais caro que a nova construção e que não se justifica retomar o posto antigo, muito grande, nos meios comerciais, de que haveria um novo setor, uma nova avenida, definido para uso da comunidade. Concluiu, dizendo que trabalha conforme a realidade, não com perspectivas, e que acredita portanto, que o Posto de Saúde é fato consolidado, e que a perspectiva do Secretário de Saúde e do Secretário de Fazenda é que a construção do Posto seja iniciada ainda neste ano. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, concedeu a palavra ao Sr. Helder Magela, que cumprimentou os presentes e declarou que a comunidade, inclusive os empresários do Gama, estavam presentes a reunião em que a proposta aceita foi de antes de demolir o Centro de Saúde, o outro Centro de Saúde estaria pronto e inaugurado; que a comunidade não é contra a retirada do Centro de Saúde, mas não aceita as condições em que está sendo feita. Disse que, para prosseguir, gostaria de fazer algumas considerações e, então citou trechos do livro "Direito Administrativo", de Heli Lopes Meireles e a Constituição Federal de 1998. Resumiu o que a comunidade pretende, que a coisa seja feita moralmente, legalmente, dentro da lei e acordada em reunião, isto é, que só ocorra a retirada ou derrubada do Centro de Saúde existente, após a construção e inauguração do novo Centro de Saúde, caso contrário, qualquer ação que for tomada de forma diferente, a comunidade impetrará junto ao Ministério Público uma ação civil pública contra os atos da administração. Insistiu na tese de que a comunidade não está em confronto com os comerciantes ou com quem quer que seja, quer garantir o direito do cidadão, da comunidade, e que não é apenas o Centro de Saúde está no meio da avenida, mas há um posto de gasolina no final e que também está no meio, e uma praça de esportes ali também. Concluiu, lembrou que as crianças da Escola Classe 14, da Escola Classe 20 e da Escola Classe 19 ficaram sem atendimento odontológico simplesmente porque o Centro de Saúde estava fechado e que esses fatos devem ser considerados pela administração. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, passou a palavra ao Sr. Osvaldo Pacheco, Presidente da Associação Comercial do Gama,

que cumprimentou os presentes, agradeceu a presença dos componentes da Mesa e declarou que, à frente da Associação Comercial, seu partido é o Gama e o seu candidato são todos, pois são a sua cidade, e então, deve defender todos; reconheceu as dificuldades das pessoas que necessitam do Posto de Saúde, que a saúde da cidade é precária, que os profissionais da área estão passando por momentos difíceis, e que deve resolver essa situação o mais breve possível. Anunciou ter certeza que todos devem buscar caminhos, e chegar a um denominador comum, sem o que não se chega a lugar nenhum; que a causa de o problema estar se arrastando há muitos anos é a falta de coesão do grupo. Lembrou que deve-se considerar o lado empresarial que fala mais forte, sempre falou e sempre falará, porque a cidade depende de saúde, mas é preciso ter esse lado empresarial fortalecido para proporcionar trabalhos, gerando empregos diretos, pois não há melhor saúde do que um emprego bom, não há saúde melhor do que se ter renda, fruto do trabalho, pois, hoje, a política mais importante no nosso país é a política do emprego. Reafirmou que é necessário o consenso da comunidade, na tomada de decisões, considerando a necessidade do Posto de Saúde, mas também de emprego, estimulando-se o comércio. Prosseguindo, a Presidente, Deputada Arlete Sampaio passou a palavra para a Wlândia Oliveira, representante dos trabalhadores da saúde que saudou os presentes e relatou as dificuldades das servidoras deslocadas para outros Centros de Saúde, atendendo à comunidade nos corredores, sem condição alguma de trabalho, sem privacidade para o paciente. afirmou não concordar com o Sr. Pacheco quando falou sobre a questão dos empresários, pois acha que todos têm direito à saúde; que o problema não é se o Centro de Saúde vai sair, deixou de sair, vai para onde, o que se quer é a volta para o Centro de Saúde e aguardar a construção do novo. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, agradeceu a participação da representante dos trabalhadores da saúde e deu a palavra ao deputado Wilson Lima, que saudou os componentes da Mesa e a comunidade em geral. afirmou que fez várias reuniões exaustivas, com a comunidade, e que a conclusão foi que o pessoal realmente queria, aceitava a mudança do Centro de Saúde e que, depois dessas exaustivas reuniões, esteve com o Secretário Bernardino, juntamente com a comunidade, os funcionários e empresários e que a conclusão foi de que realmente não houvesse a derrubada do Centro de Saúde - disso foi testemunha, porque estava presente -, enquanto não edificasse outro e, enquanto isso, o Secretário alocaria recursos para que começasse o outro. Colocou que, antes de participar da Audiência Pública, falou com o Secretário de Saúde que disse que hoje ou amanhã os recursos já estariam destinados para a construção do Posto de Saúde, que já havia um acordo com o Governador e que o outro recurso da folha de pagamento já estava garantido e que há previsão de lançamento da obra ainda para esses dias. Posicionou-se solidário à

comunidade, no sentido de não se derrubar o Centro de Saúde, enquanto o novo não estivesse erguido. Concluindo, prontificou-se a ir, junto com a Deputada Arlete Sampaio e com a Deputada Eliana Pedrosa, ao Amalco Bernardino para que o mais rápido possível se instale essa construção. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, passou a palavra a Deputada Eliana Pedrosa, que destacou o consenso de todos, no sentido de se realizar a construção perto da SAB, pois facilita o acesso para todos. Lembrou que uma outra posição importante desta reunião foi a intenção do Governo de atender à comunidade rapidamente, e que o Secretário de Saúde tinha a expectativa que contasse com o crédito votado no dia anterior, mas ainda não, e estabeleceu um dever de casa para os Deputados presentes e para o Administrador, de mandar uma carta para o Governador, para o Secretário de Fazenda, para que, na Câmara, possa-se fazer um remanejamento do orçamento que lá está, porque essa obra vai ser feita dentro de um projeto pré-moldado que leva cerca de três a quatro meses para ficar pronto, e, assim, esse Posto de Saúde estaria pronto em abril. Finalizou, dizendo que há projeto, local e intenção e este ano não sabia se há dinheiro, mas no ano que vem sim, se começar logo a obra no início do ano e houver o remanejamento de orçamento e que, caso contrário, compromete-se e tem certeza que os demais Deputados e os representantes da comunidade também fariam um abaixo-assinado, para conseguir-lo e, assim, no máximo de cinco meses, o novo Posto de Saúde estaria funcionando. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, informou ter recebido um comunicado dos agentes de saúde do Posto 4, que fizeram um treinamento da Fundação Zerbini, para atuar no Programa Família Saudável, mas ainda não puderam assumir por falta de espaço físico desse Posto. Disse, ainda, da dificuldade para ouvir todas as pessoas pela falta de tempo, mas que passaria a palavra para apenas 5 pessoas. Declarou que os Deputados presentes, filiados a partidos diferentes, estão defendendo a mesma causa, que a Deputada Eurides Brito, Presidente da Comissão, não pôde estar presente aqui hoje, mas que assumiria o compromisso de, em nome da Comissão de Educação e Saúde, encaminhar o mais rápido possível, com assinatura dos dois Parlamentares que aqui estão presentes, uma Indicação ao Sr. Secretário de Saúde, representando o sentimento dessa Audiência Pública e pedindo-lhe urgência para o início das obras do Centro de Saúde n.º 4. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, concedeu a palavra à Sra. Marlene, voluntária do Hospital do Gama, que cumprimentou todos e afirmou que a comunidade não quer a derrubada do Centro, mas que sua obra seja terminada. Reafirmou que a comunidade não quer a divisão, mas a garantia do Centro de Saúde de que precisa, de ficar naquele Centro de Saúde até que se faça o outro. Concedida, pela Presidente, Deputada Arlete Sampaio, a palavra ao Sr. Júnior, este cumprimentou todos e disse que o orçamento do Posto de Saúde n.º 4 já está pronto, precisando de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para sua conclusão, que não se quer sair desse Posto de Saúde; que a comunidade quer uma explicação porque tiraram o posto de lá? Que quer que o pedido seja atendido o mais rápido possível. Finalizou, afirmando que os empresários precisam da comunidade que lhes dá lucro e, como essa comunidade vai trabalhar, sem saúde?. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, concedeu a palavra à Sra. Joana D'arc, que saudou os presentes, agradeceu a realização da Audiência Pública e registrou que há dois anos os funcionários estão fora do local de trabalho, local de atendimento à comunidade, enfrentando várias dificuldades. Disse ter expectativa de sair da Audiência com uma

definição e que fosse solicitada uma resposta ao Secretário de Saúde, inclusive quanto à possibilidade de alugar um espaço para o Centro de Saúde n.º 4 funcionar. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, concedeu a palavra ao Sr. Oseas, que cumprimentou todos, lamentou a ausência do Secretário do Entorno e discorreu sobre os problemas advindos do atendimento ao pessoal do Entorno, de outros Estados que têm recursos para isso, prejudicando os habitantes do Gama. Concluiu, fazendo um apelo, para que não se dê espaço a esse pessoal do Entorno. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, passou a palavra à Sra. Olga Lúcia, que cumprimentou todos e agradeceu a presença. Pediu desculpas ao Deputado Wilson Lima, por lembrar que, quando foi tomada a decisão de derrubar o Posto de Saúde, a comunidade não foi ouvida, e disse que o problema de falta de dinheiro, de falta de verba, é conversa para boi dormir, porque, na verdade, o Governo do Distrito Federal tem gastado muito dinheiro em propagandas e outras coisas de segunda necessidade, como, por exemplo, a ponte, e que os parlamentares, recentemente, se auto-beneficiaram, aumentando seus salários. Protestou quanto ao fato de ninguém dar informações, nos Postos que atendem à comunidade do Posto n.º 4; também, quanto ao problema de medicamentos, que não existem para nada; na verdade, esses medicamentos saem dos nossos bolsos; que faltam também funcionários, apesar de que há alguns que têm boa vontade. A seguir, a Presidente, Deputada Arlete Sampaio, explicou o que é uma Audiência Pública, que ela e o Deputado Chico Floresta, ausente por motivo de viagem, fizeram o requerimento para essa realização e sugeriu seu término. Sintetizou a proposta

do dia: enviar uma Indicação ao Secretário de Saúde, no sentido de reabrir o Centro de Saúde n.º 4; de iniciar, o mais rápido possível, a construção do novo Centro de Saúde, somente depois, a comunidade aceitaria a demolição do antigo; de o diretor da Regional informar à comunidade sobre as opções disponíveis; e de obter uma solução provisória para o atendimento do programa Família Saudável. Após os presentes se manifestarem, favoravelmente a proposta apresentada, a Presidente, Deputada Arlete Sampaio agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública, às 10h28, da qual eu, Anna Maria Dantas Antunes Villaboim, Secretária desta Comissão de Educação e Saúde, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão.


DEPUTADA ARLETE SAMPAIO
Presidente da Comissão de Educação e Saúde

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ACERCA DO TEMA "CELULAS-TRONCO", REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2004.

Às 9 horas do dia 07 de dezembro de 2004, dando início à Audiência Pública da Comissão de Educação e Saúde sobre Células-Tronco, o Mestre de Cerimônias convidou, para compor a Mesa, a Sra. Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Eurides Brito; a Sra. Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Arlete Sampaio; Dr. Francisco Diogo Mendes, do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; Dr. Cláudio de Freitas, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Dr. Luiz Pinto Fernandes, Coordenador da Central de Capacitação de Órgãos, representante do Sr. Secretário de Estado de Saúde; o Sr. Presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Dr. Humberto Ferreira. Com a palavra para a abertura e coordenação dos trabalhos, à Sra. Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Eurides Brito, agradeceu os convidados que participaram da discussão sobre tema tão importante, que tem tomado cada vez mais espaço na imprensa nacional e internacional, nos meios científicos, nos meios religiosos, enfim, em diversos segmentos da sociedade. Declarou seu interesse em ouvir as referidas discussões, a fim de definir seu posicionamento quanto ao assunto, pois tem lido sobre o tema e identificou diferentes correntes. Prosseguindo, cumprimentou os conferencistas, agradecendo-lhes, por trazer aos presentes, sob o ponto de vista de cada um, os achados científicos, suas convicções, resultado de seus estudos, suas reflexões, suas pesquisas. Passou a palavra ao Dr. Francisco Diogo Rios Mendes, que cumprimentou os presentes e disse sentir-se feliz e honrado com o convite. afirmou que não defenderia qualquer princípio, mas faria um resumo do que seriam as aplicações terapêuticas das células-tronco, depois da política de transplante de medula óssea e da política nacional de banco de células de cordão umbilical. Explicou as siglas utilizadas, nas células-tronco, explicando-as e dando exemplos práticos para seu entendimento. Esclareceu que a célula-tronco embrionária pode gerar uma série de terapêuticas nas áreas de todas as capacidades celulares, mas pode enfrentar 3 barreiras basilares: a formação de tumores, a rejeição imunológica e a questão ética. afirmou que o sangue de cordão umbilical é uma fonte riquíssima de célula-tronco adulta com uma qualidade, não tendo de submeter o doador a uma internação, com anestesia e punção venosa, isso porque o cordão umbilical é desprezado logo que a criança nasce, daí o Governo ter investido nesse campo. Confirmou a existência de um Banco Mundial - Net Cord -, que possui mais de 130 mil espécimes cadastrados, para uso clínico, e o trabalho brasileiro para que possa fazer parte deste Banco, que atende muito bem à população caucasiana brasileira, mas não atende à população negra e indígena brasileiras, o que justifica o investimento do Governo em um banco nacional com parâmetros nacionais e públicos. Acrescentou que esse banco pretende ter, além de doações de medula óssea - Redome -, os doadores de células-tronco adultas de cordão umbilical e que o Governo não tocou na célula-tronco embrionária, regulou, apenas, a célula-tronco adulta, que está na medula óssea de todos e no sangue do cordão umbilical dos bebês em nascimento. Comunicou que foi lançada, no dia 3 de novembro de 2004, a nova Portaria que trata do transplante de medula óssea, tendo-se organizado um sistema de controle para sua oferta pelo SUS. Discorreu sobre os quatro sistemas de informações existentes: o REDOME - Registro de Doadores Voluntários de Medula Óssea; o REREME - Registro de Receptores de Medula Óssea; o REDOMENET, que é o programa da Internet que recolhe todos esses dados e o RENACORD, que é o registro dos cordões umbilicais que interagem com os demais sistemas de saúde que existem. Disse que, hoje, há 39 hospitais autorizados a fazer transplante de células-tronco, e que foi feito o lançamento da rede pública de bancos de sangue de cordão umbilical e placentário; que o sangue do cordão umbilical é uma fonte de células para o tratamento de leucemia, linfomas, anemias do sangue, tumores neuroblastomas e imunodeficiências genéticas. Garantiu que, quando estiverem em pleno funcionamento os bancos de sangue de cordão, garantirão que 100% das diversidades biogenéticas dos brasileiros serão representadas e que a maioria dos pacientes poderá encontrar no Brasil doadores compatíveis e que o Brasilcord será integrado ao Eurocord. Informou que o Brasilcord possibilitará o desenvolvimento de pesquisas em Biologia Molecular e Genética, e que a utilização das células-tronco adultas dos cordões umbilicais estará garantida e a rede servirá como embrião de um banco multitecido como pele, ossos, ligamentos, válvulas cardíacas e vasos. afirmou que a doação de sangue de cordão umbilical é voluntária e altruísta, é gratuita, sem remuneração ou compensação, que há uma privacidade e confidencialidade e é pública; que os Bancos de Sangue de Cordão Umbilical estarão integrados com uma rede, que será monitorada, haverá um controle de qualidade e uma distribuição, segundo a lista única de receptores, centralizada no Ministério da Saúde. Trouxe para os presentes a definição de célula-tronco adulta, célula-tronco embrionária, e toda regulamentação feita pelo Governo Federal do uso da célula-tronco adulta no transplante de medula óssea, bem como a pesquisa financiada com verba do Ministério de Saúde, mas não o fez com relação a célula-tronco embrionária, por que resta a regulamentação. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu ao Dr. Francisco Diogo Rios Mendes, e concedeu a palavra ao Dr. Luiz Pinto Fernandes, Coordenador da Central de Notificações, Cadastro e Distribuição de Órgãos, aqui representando o Secretário de Estado de Saúde, que cumprimentou os presentes. Declarou que a Secretaria de Saúde faz parte da área de pesquisa de excelência com células-tronco, com o fim de desenvolver o transplante de medula óssea, a partir do próximo ano; que a questão específica da célula-tronco está em fase de pesquisa em todo o mundo, pois, exceto o tratamento de transplante de medula óssea, ainda há uma série de questionamentos éticos, clínicos e assistenciais, e que o uso para tratamento de doenças clínicas ainda não está bem definido. Então, destacou a necessidade de cautela com relação à divulgação e posicionamento, seja a favor ou

contra a utilização de células-tronco em doenças de um modo geral, principalmente em nível assistencial, hoje, no Brasil. Mas, reafirmou que a Secretaria de Saúde está inserida nesse contexto, preocupada em acompanhar as pesquisas e, obviamente, em estabelecer a segurança no tratamento para os pacientes, que seja adotado dentro dos protocolos éticos e assistenciais que deverão ser formados. A Presidente, Deputada Eurides Brito, passou a palavra ao Dr. Cláudio de Freitas, Diretor do Hospital Universitário de Brasília - HUB, e pessoa indicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para representá-la, que cumprimentou os presentes e declarou que falaria como médico e administrador público, na expectativa de contribuir de alguma forma nesse debate. afirmou que, hoje, fala-se muito dos benefícios que as células-

tronco embrionárias podem trazer para a humanidade e não do embrião e que, a posição da Igreja Católica, nesse campo, especificamente da CNBB, é que não se pode aceitar que um ser humano tenha soberania sobre a vida humana, seja a vida humana individual, seja a vida humana tomada como a espécie humana. Disse que a questão para a CNBB quer agora trazer à discussão, inclusive previamente, é a questão dos embriões congelados, quer discutir a vida humana e está convocando a sociedade. Posicionou-se, no sentido de que discutem-se os benefícios futuros do uso do embrião antes de se pensar se é possível fazer isso; que se está discutindo a utilidade desses embriões antes de discutir seus direitos, mas que se deve ver se essas pessoas têm direito e se estão enquadradas nos direitos humanos. Destacou outra questão erradíssima que é misturar a discussão do embrião que está congelado, o que fazer com ele, com a soja gaúcha transgênica, como o faz a Lei. Concluiu, afirmando que, como administrador público, por prudência, por conhecer bem as dificuldades, as limitações do ser humano, está plenamente de acordo com essa chamada da Igreja para preservar a questão da vida humana fora da manipulação e do domínio de quem quer que seja. A Presidente, Deputada Ariete Sampaio, no exercício da Presidência da CES, passou a palavra ao Dr. Humberto Vieira, Presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, que agradeceu o convite, cumprimentou os presentes e perguntou: por que insistir-se na clonagem terapêutica? Pois, quando se fala no sucesso da clonagem, está se falando no sucesso da clonagem de células adultas, não do uso de células-tronco adultas. Discorreu sobre o Evangelho da Vida, que é um documento que foi lançado em 1994, resultado de estudos e discussões científicas da Academia Científica do Vaticano, onde se coloca, também, a parte espiritual, não só a parte científica, mostrando o perigo disso. Perguntou até que ponto, realmente, seria lícito sacrificar um indivíduo nos 7 primeiros dias de vida para salvar outra vida? Lembrou que a Constituição atual assegura o direito à vida, desde o nascimento, desde a fecundação até a morte natural. Questionou se a clonagem terapêutica, o sacrifício dos embriões que estão congelados não seria uma medida ilegal, inconstitucional?. A Presidente, Deputada Eurides Brito, saudou o Dr. Volnei Garrafa, que acabava de chegar, e disse que sua presença muito lhe honrava. Com a palavra, o Dr. Volnei Garrafa agradeceu, e iniciou afirmando que o conceito de ética dos que lhe antecederam estava completamente equivocado e o que é ético para alguns não é ético para outros, que o mundo hoje é pluralista e que a sociedade não é mais canônica. Reforçou a ideia do pluralismo moral, afirmando que, hoje, deve-se conviver com moralidades diferentes, e que há uma grande quantidade de filósofos que considera ética e moral como sinônimos e outra grande quantidade que não. Declarou que se enquadrava no segundo grupo e que a Bioética, que trabalhava, não trabalhava com absolutos morais, é laica, pluralista e age exatamente com diálogo: que deve-se respeitar as moralidades dos outros; que não se deve impor um ponto de vista a toda uma sociedade que é plural. Concordou com os que lhe antecederam, quanto ao encaminhamento, pelo Congresso Nacional, misturando funcionamento da Comissão Nacional Técnica de Biossegurança com soja transgênica e com a utilização de células-tronco embrionárias. Disse que era a favor de separar ciência e tecnologia, que a ciência é a busca do conhecimento e a tecnologia a aplicação do conhecimento; que não se deve obstruir o desenvolvimento da ciência, ou seja, a busca do conhecimento;

que a ciência, inexoravelmente, tem de avançar, e que defendia a liberdade da ciência com controle dentro dos parâmetros éticos e que a tecnologia devia ser controlada. afirmou que, quando algumas pessoas falam que a liberação das células-tronco embrionárias será um caos no futuro, desconhecem a realidade de que não será qualquer laboratório que terá permissão do Estado para fazer esse tipo de pesquisa. Relatou uma conferência, que assistiu no II Congresso Latino-Americano de Bioética, realizado em Bogotá, em 1998, sobre "embrião é ou não é pessoa?", oportunidade em que o conferencista, Padre Antônio Bedatti, disse que até oito meses do desenvolvimento intra-uterino de um feto não há evidência técnica que permita dizer que o feto é pessoa. Comentou que mesmo o avanço tímido que o Senado fez no Brasil com embriões congelados, foi completamente equivocado, pois não é a melhor matéria-prima, mas sim o embrião de quatro a seis dias, que terá uma célula-tronco com mais capacidade de duplicação e de adaptação. Concluiu, afirmando que, na medida em que se dá a evolução científica, as respostas vão ficando cada vez mais difíceis, e que, neste momento, em se tratando de células-tronco, não se deve endossar essa ciência, mas colocá-la a serviço da vida humana, não no sentido da sacralidade da vida, mas, sim, da qualidade da vida, pois vida sem qualidade não vale a pena ser vivida. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu e informou que após as palavras da Deputada Ariete Sampaio, que é médica, iria permitir perguntas entre os expositores, por escrito. Concedeu a palavra à Deputada Ariete Sampaio, que considerou o debate extremamente rico, e muito bom para todos os presentes. Posicionou-se, no sentido de que foi didático ter-se começado com a fala do Dr. Diogo, porque ele situou o que hoje está sendo feito em nosso país. Declarou que o que hoje está regulamentado no Brasil sobre células-tronco não entra no grande e polêmico debate do uso de células embrionárias, que são células onipotentes, ou seja, podem reproduzir qualquer outro tipo de célula, o que permite perceber a dimensão do que as células embrionárias podem representar para a humanidade, no futuro. Questionou sobre como impedir a utilização mercadológica e perniciososa dessa grande potencialidade que a ciência aponta, desafiando a sociedade para encontrar respostas a isso. Complementou, dizendo que não se deve obstaculizar a ciência para a defesa da vida, mas, ao mesmo tempo, deve-se impor normas e controles para fazer com que, de fato, esse benefício seja em defesa da vida. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu à Deputada Ariete Sampaio e informou que, ao final, todos teriam dois minutos para deixar mensagens para os participantes. afirmou haver duas questões, uma delas de autoria de Soraia, que pergunta ao Dr. Diogo: "Se nós caminhamos para o que podemos chamar de transplante de célula-tronco para uma jovem com bexiga neurogênica - caso extremamente específico", Dr. Diogo respondeu que célula-tronco, não, que se está utilizando moldes, como um médico chileno, que mora nos Estados Unidos, que criou um molde, povouou esse molde de célula-tronco adulta e tentou diferenciá-lo, implantando também células do trato urinário e essa neobexiga já existe para animal. A Presidente, Deputada Eurides Brito, leu a pergunta direcionada ao Dr. Volnei Garrafa, pela Associação dos Renais de Brasília: "Será possível, daqui a alguns anos, se reproduzir órgão, por exemplo: um rim a partir de célula-tronco?". Dr. Volnei Garrafa

informou que, atualmente, estão sendo utilizadas células-tronco de adultos com boas perspectivas como, por exemplo, a recuperação de paredes cardíacas e que é possível

que isso seja conseguido no futuro. A Presidente, Deputada Eurides Brito leu a pergunta do Sr. Pedro Hilário para o Dr. Francisco Diogo Rios Mendes: "O paciente diabético, se submetido ao implante da célula-tronco, poderá ter seu pâncreas regenerado e ficar curado da doença?". Dr. Francisco Diogo Rios Mendes respondeu que, em 2003, o Ministério da Saúde autorizou dois protocolos para a realização desse implante: o primeiro foi a purificação de células que produzem a insulina de pâncreas de doadores cadáveres, isto é, doadores com morte encefálica, sob a responsabilidade de um cientista que trabalha na Universidade de São Paulo; outro cientista, que trabalha na Universidade de Ribeirão Preto, está utilizando células-tronco adultas para o povoamento, também, do pâncreas para o desenvolvimento de células de Langerhans. No primeiro caso, o pâncreas pode ser completamente deteriorado e, no segundo caso, nenhum dos 3 pacientes beneficiados, no momento, precisa de insulina. A Presidente, Deputada Eurides Brito, repassou ao Dr. Francisco Diogo mais uma pergunta, pouco clara sobre "que tipo de imunodeficiências genéticas... Que tipos de doenças de sangue" e o Dr. Francisco Diogo entendeu e explicou que as doenças do sangue são quase todas hematológicas e a célula-tronco adulta resolve. A Presidente, Deputada Eurides Brito, solicitou ao Dr. Volnei que fosse sintético ao fazer uso da palavra e transmitiu-lhe a pergunta do funcionário da Casa, Cláudio de Deus, que pediu que o tema fosse debatido antes de encerrar este ano Legislativo: "Tenho uma filha portadora de esclerose múltipla. Está hoje com deztoito anos de idade e muito bem. Graças a Deus. Luto para que ela permaneça muito bem. O que é exatamente espermatozide ser cromossomos? Seria um homem infértil?" Dr. Volnei Garrafa informou que foi feita uma pesquisa, no País de Gales, quando foi retrado o lado masculino da reprodução, de forma que o espermatozide serviu como um reprodutor no sentido de que o óvulo deu origem a um embrião, só que esse embrião não tem possibilidade de evoluir, que se ele for colocado no útero, por exemplo, jamais irá gerar uma vida humana. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu e concedeu a palavra ao Dr. Francisco Diogo Rios Mendes, para sua mensagem final, o qual disse do seu prazer em aceitar o convite e quanto é agradável poder contribuir, bem como discutir as ideias, colocou-se à disposição das Sras. Deputadas e da Comissão para vir discutir sempre com este intuito, trazer esclarecimentos técnicos e mostrar como está a política de células-tronco embrionárias e adultas, buscando a síntese, nunca a polêmica. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu e passou a palavra ao Dr. Luiz Pinto Fernandes, representante do Secretário de Saúde, que declarou ser o transplante de órgãos uma realidade conhecida por todos mas que a Secretaria vem lidando com dificuldades na captação de órgãos, e está tentando reverter essa situação, inclusive com a formação de comissões intra-hospitalares, com cursos feitos na semana passada em 25 hospitais da rede, públicos e privados. afirmou que, com a evolução da ciência, sem dúvida, o "top de linha" é o transplante de células, e que, provavelmente, com o transplante de células-tronco, deixe de ser necessário o transplante de órgãos sólidos e até de tecidos, simplesmente pelas células com desenvolvimento e restituição do tecido anômalo ou do tecido lesado. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra ao Sr. Humberto Vieira, presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, para sua considerações finais, que optou por trazer algumas informações e esclarecimentos sobre o que foi dito pelo Dr. Volnei

Garrafa, afirmando que não existe imoralidade canônica; que os documentos que chegam ao Vaticano são plenamente discutidos entre os cientistas; que, evidentemente, a Igreja segue a lei natural, que preserva a vida, e que defende a lei natural, razão por que e contra a clonagem terapêutica, que defende a vida do outro, mas sacrifica a do anterior. A Presidente, Deputada Eurides Brito, passou a palavra ao Dr. Volnei Garrafa, que falou sobre discussões morais, que são tremendamente residuais, na América Latina, onde a moralidade é extremamente conservadora; que, hoje, o limite da ciência certamente não é mais técnico, a questão que se coloca para a ciência não é mais eu não vou fazer porque não posso fazer, a ciência está suplantando o não posso; o limite, realmente, é ético, e que a ética do controle tem que ser plural e não partir de uma visão única, apesar de que todas essas visões são extremamente importantes. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra ao Dr. Cláudio Freitas, Diretor do Hospital Universitário de Brasília e representante da CNBB, que afirmou que pintar a Igreja Católica como um organismo autoritário é querer negar a realidade dos fatos: que a CNBB não tem como prender ninguém, nem fazer imposições; que, se o pesquisador quiser pesquisar, ele o fará. Declarou que está preocupado com os doentes, com as doenças incuráveis que angustiam; que não está falando de pessoa, e sim de um ser humano; que a ciência fala em ser humano; que esse negócio de pessoa é uma discussão que não interessa, é filosofia, especulação. Disse que é necessário tratar, pelo menos, as doenças curáveis e baratas o que o sistema de saúde não faz. Entocou o aspecto da ciência, que é um meio, uma técnica, um processo e que não dá respostas éticas, não fala: que não pode ter barreiras, tem que progredir, e progrediu mesmo. Concluiu, dizendo que a CNBB pediu para ser ouvida e ainda não foi e que sua posição é de que seja discutida a questão da vida humana, que, antes, seja deliberada política e democraticamente, quem sabe até por um plebiscito pois muitos povos colocam esse tipo de discussão em plebiscito, mas que se discutisse a vida humana antes de já buscarmos os benefícios de uma ou outra técnica. A Presidente, Deputada Eurides Brito, disse ter certeza de contar com os presentes, em um próximo encontro, pois esta Audiência Pública foi um ponto de partida, pois o assunto é realmente amplo, rico e que a cada dia surgem novas descobertas, novos argumentos, nova literatura e novos resultados de pesquisas, o que, com certeza, exigirá que a Casa, por intermédio de sua Comissão de Educação e Saúde, volte a debatê-lo já que é uma Casa de discussão, para onde a população deve vir a fim de saber-se o que pensa e também para provocar troca extremamente útil de experiências. Concluiu, agradecendo a todos e encerrou a Audiência Pública, às 11h18, da qual eu, Anna Maria Dantas Antunes Villaboim, Secretária da Comissão de Educação e Saúde, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão.

DEPUTADA
Presidente da Comissão de Educação e Saúde

ATA DO SEMINÁRIO SOBRE "EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO, NO COMBATE À VIOLÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL", REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2004.

Às 9 horas do dia 02 de dezembro de 2004, dando início aos trabalhos do Seminário sobre "Experiências de Sucesso, no combate à violência no Distrito Federal", o Mestre de Cerimônias convidou, para compor a Mesa, a Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Eurides Brito; a Deputada Arlete Sampaio; a Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal, Profa. Maristela de Melo Neves; a Diretora da Escola Classe 15, do Gama, Profa. Márcia Faria dos Santos; a Diretora do Centro de Ensino Fundamental 106, do Recanto das Emas, Profa. Mariana Alves Azevedo Veras; o Diretor do Centro de Ensino Fundamental 619, de Samambaia, Prof. Amarildo Reino de Lima e a Diretora do Centro de Ensino Fundamental 619, de Santa Maria, Profa. Cláudia de Lourdes Braz. Assumindo a coordenação dos trabalhos, a Sra. Presidente da Comissão, Deputada Eurides Brito, cumprimentou os componentes da Mesa, bem como os demais participantes e fez menção especial aos Subsecretários da Secretaria de Educação; à Sra. Secretária Adjunta, aos professores, aos Diretores das Regionais e comunicou estar homenageando, ao compor a Mesa, aqueles que dirigem a escola, que estão lá na "ponta", onde de fato acontece o processo ensino-aprendizagem, e que tiveram suas experiências selecionadas para o Seminário. Justificou a ideia de realizar um Seminário, com uma temática um pouco diferente, pelo objetivo de ressaltar que os parlamentares estão mais atentos aos problemas de nossa sociedade, dentre os quais desponta o da violência, mas também ao que se está fazendo para combater esse mal desse século. Teceu comentários quanto à prevalência do assunto "violência", no noticiário da mídia, no Brasil e no exterior. Reiterou que, no Seminário, preferiu-se abordar o problema da violência sob uma outra forma, invés de trabalhar no diagnóstico, na descrição de cenas de violência, olhar o que se está fazendo para combatê-la, razão por que resolveu-se dar espaço para escolas que têm sucesso em suas experiências no combate à violência, para que pudessem ter guarida, pois o pensamento da Comissão é o de depois registrar, numa pequena publicação, essas experiências, e intimar os diretores a fazerem o relato escrito, fotografando o que for necessário, para ilustrar os textos, para que se possa divulgá-las e servir de estímulos a outros. Concedeu a palavra à Deputada Arlete Sampaio, que cumprimentou os presentes e se reportou ao ano passado, quando a Comissão iniciou debate, sobre a violência nas escolas, tendo, na ocasião, ouvido diversos especialistas, professores e membros da Secretaria de Educação. afirmou que, naquele momento, com exposição de experiências bem sucedidas, avança-se ainda mais, mostrando de que maneira o Distrito Federal e suas escolas têm enfrentado a problemática da violência, que é um dos maiores desafios da nossa contemporaneidade, para todos os governantes; que há indicadores preocupantes da violência, nos grandes centros brasileiros e no mundo, e que, obviamente, as escolas não poderiam ficar afastadas dessa realidade; que há controvérsias de como se deve enfrentar a violência, pois uns acham que se deve construir grandes muros, mas, há experiências em escolas amencanas, que destroem esse mito. Destacou que as

experiências, que serão ouvidas, apontam para a direção, a de como fazer com que se construa nas escolas uma cultura de paz, e de trazer a participação da comunidade nas escolas de forma que se crie um ambiente favorável a uma convivência pacífica e ao desarmamento não só dos espíritos como também de arma, e que será muito importante para todos. A Presidente, Deputada Eurides Brito, passou a palavra à Sra. Secretária de Estado de Educação, Profa. Maristela de Melo Neves, que saudou especialmente as crianças presentes que estão dando uma demonstração de que a Educação se faz com elas e para elas, que precisam protagonizar os projetos e as soluções. Posicionou-se, contrariamente, ao uso da expressão "violência nas escolas", pois passa para a sociedade uma ideia de que a escola produz violência, quando na realidade toca o seu trabalho e todo o empenho é no sentido de colaborar com a sociedade que está se tomando cada vez mais violenta. Falou que a Deputada Eurides Brito, como grande educadora que é, também percebeu isso, ao chamar o debate para o momento correto, para o veio comum, que é como está sendo construída a paz nessas escolas? e a parabenizou por essa percepção e por estar fazendo ativamente algo no sentido de mostrar que a escola não está reproduzindo violência, mas construindo a paz, tentando corrigir as questões da violência que a transformaram em vítima. A Presidente, Deputada Eurides Brito, convidou a Deputada Erika Kokay, membro atuante da Comissão de Direitos Humanos, para compor a Mesa e passou a palavra para a Diretora da Escola Classe 15 do Gama relatar a experiência com o título "Resgate de Valores". A Profa. Márcia Farias dos Santos cumprimentou todos os presentes e declarou que o projeto Resgate de Valores foi construído, devido à preocupação com a questão da violência no mundo, que levou a repensar o papel da escola, como um lugar de conhecimento, formação do ser e da educação como veículo por excelência do exercício da aprendizagem, da ética, da comunicação, do diálogo e como antídoto da violência. Informou que, embora a Escola Classe 15 do Gama não tenha um histórico de violência, foi necessário intervir de forma preventiva na questão da violência e intervir construindo, na escola, uma cultura da paz com ações que procuram alcançar ao mesmo tempo os indivíduos e a escola, a família e a comunidade, penetrando no domínio da formação de valores pela educação de sentimentos e emoções sociais, instruindo civicamente, educando para a cidadania e para a saúde; que o projeto teve início no meio do diálogo, da negociação, da mediação e foi construído com base nos valores de tolerância, solidariedade, respeito mútuo, valores que têm potencial para tomar a guerra e a violência inviáveis; que trabalhar resgate de valores, na escola, significa trabalhar para destruir possíveis fontes de violência, ir na causa da violência, na origem, no foco da violência, prevenindo a multiplicação em outros lugares. Fez referência à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, aos 4 pilares da Educação – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. afirmou que ter consciência de que a educação sozinha, a escola sozinha não pode transformar a sociedade, mas em parceria com outros segmentos sociais, pode construir-se um espaço legítimo de transformação, daí a necessidade de se trabalhar valores, desenvolver capacidades que permitam intervir na sociedade, para, de fato, transformá-la em uma sociedade melhor, mais humana, mais justa, mais fraterna, mais solidária; que esses ensinamentos têm de iniciar desde a mais tenra idade, desde os 4 anos de idade, e, quando o aluno crescer, não se desviará desse caminho, porque foi

educado assim, foi educado para respeitar, para ser solidário, para ser fraterno. Esclareceu que a escola procura mostrar que é possível implantar uma convivência cidadã, conjugando participação com responsabilidades sociais, resgatando a confiança na escola enquanto instituição e espaço de socialização, proporcionando atividades culturais de integração comunitária e trabalhos com a família e firmando ações de prevenção à violência; que procura promover, no cotidiano da escola, ações integradas de todos os segmentos em torno da não-violência, envolvendo todo o coletivo da escola e buscando restituir uma relação de confiança entre a escola e a comunidade. Explicou que o Projeto Resgate de Valores foi implantado logo no início deste ano letivo e deu origem a outros três projetos cuja base e cuja fundamentação são a cultura da paz; que são trabalhadas dramatizações, músicas, histórias, o jornal na sala de aula, procurando abrir espaço para debates; charges, cartazes, logotipos, todos eles em torno das virtudes desejáveis de

serem alcançadas; que foram elaboradas normas e regras, que foi trabalhado, paralelamente, a questão do meio ambiente. Acrescentou que o projeto seguinte: Esporte, Saúde e Paz é uma mistura perfeita; que foi dada ênfase à questão da saúde, que foi criada uma horta, que é trabalhada a alimentação alternativa, que são trabalhados valores porque é possível alcançar a qualidade de vida por meio da educação. Apontou os resultados alcançados, visíveis com relação ao recreio, por exemplo, que melhorou muito, quase cem por cento com relação ao número de alunos que se acidentavam, que brigavam e agrediam uns aos outros; com relação à filosofia, com aulas, onde os alunos aprenderam a questionar, a embargar o porquê da ética, o porquê da importância de ter um bom relacionamento com o próximo, o porquê de ter de respeitar os direitos e deveres de cada um, a importância de saber trabalhar em equipe, de trabalhar com solidariedade, de trabalhar bem e de ter paz porque a cultura da paz envolve a prevenção, a inclusão de valores e a formação do ser. Convidou os alunos Willian, Aline, Rodrigo, Taiane e Sara, para, cada um deles citar a frase que fez em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, catarem a música Cativar. Então os alunos disseram suas frases: Willian – Bom dia. Minha frase é "A gente tem direito de ter escolas. O adolescente que não tem escola pode cair no crime ou nas drogas"; Aline – Bom dia. Minha frase é "O Estatuto tira o trabalho escravo das crianças e dos adolescentes. Assim, eles começam a ter uma vida sadia e harmoniosa e também uma liberdade que qualquer ser humano precisa ter"; Rodrigo – Bom dia. Minha frase é "Eu aprendi que com o Estatuto a gente pode procurar nossos direitos. Eu achava que só podia fazer isso com os prefeitos. Agora quero ser promotor para aprender mais sobre as leis"; Taiane – Pnmeiramente, bom dia. Minha frase é "O Estatuto fala que a criança tem direito de brincar, de divertir, de ter uma vida bem melhor e de ter uma família"; Sara – Bom dia a todos. Minha frase é "É claro que todas as crianças devem ter direitos, porque infelizmente existe o trabalho escravo". A seguir, houve a apresentação musical, encerrando a apresentação da escola. A seguir, a Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra à Deputada Erika Kokay, que disse à Diretora Márcia, que foi a primeira vez que viu uma diretora guitarrista e que ficou muito feliz em assistir à sua apresentação, que ela cativou os presentes; que o Projeto Resgatando os Valores é fundamental; que a educação sozinha não consegue transformar o mundo, mas que, sem ela, não se transforma nada; que a educação é o elemento estruturante da condição de sujeito e que, sem ela, não há possibilidade objetiva de

constituirmos um mundo em que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja reconhecido no cotidiano. Continuou, elogiando o fato de os alunos estarem trabalhando o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque é uma conquista da sociedade, implementando a doutrina da proteção integral, uma inovação, fruto do amadurecimento, dando a condição de sujeito de direito às pessoas em fase de desenvolvimento absolutamente peculiar. Informou que teve a oportunidade prazerosa de conhecer várias experiências feitas nas escolas públicas, absolutamente fundamentais, e destacou um projeto de uma escola na Ceilândia que diz "a família presente é um presente", que é extremamente importante, porque a paz não é tecida sem a escola, que tem capilaridade e sensibilidade. Declarou sua convicção de que se todas políticas públicas são interrelacionadas, e se é necessário desenvolver a condição humana, a educação é absolutamente basilar; de que não há política pública de qualidade, seja saúde, emprego, transporte, se não houver uma educação pública de qualidade, se não houver o desenvolvimento da magia do aprender e ensinar, ao mesmo tempo, numa concepção dialogal, com arcabouço do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Parabenizou a Profa. Márcia e lamentou não poder ficar para ver todas as outras experiências, afirmando que os educadores desta cidade estão fazendo pequenas, silenciosas e invisíveis revoluções para eliminar o velho preconceito, a discriminação, as cercas e as paredes que cerceiam a liberdade e a nossa capacidade de voar. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra à Profa. Mariana Alves Azevedo Veras, diretora do Centro de Ensino Fundamental nº 106, no Recanto das Emas, para apresentar a experiência chamada "Revalorizando a Escola e o Patrimônio Público". Antes de a Profa. Mariana iniciar a explanação a Presidente deu conhecimento aos presentes do Projeto de Lei que apresentou, sobre a utilização do horário de recreio, como um espaço de desenvolvimento biopsicossocial dos alunos e de formação de valores e de atitudes, que está em tramitação na Casa. A Profa. Mariana Alves Azevedo Veras parabenizou a Professora Eurides Brito pela iniciativa tão maravilhosa, disse da importância do momento, do quanto é bom: compartilhar experiências, pois, por meio da troca, aprende-se com os outros. Falou que a proposta, este ano, foi iniciada na Semana Pedagógica, após diagnóstico da realidade da comunidade local, e que o Plano de Ação foi voltado para o espaço escolar, para o tema "Minha Escola, Meu Espaço", escolhido com a intenção inicial de unir a escola com a comunidade. Descreveu os projetos que surgiram na escola, inclusive o que apresentaria, naquele momento, ideia de um grupo de alunos da 5ª série do turno noturno, em um trabalho na aula de Ciências, na qual trabalham o tema violência e os alunos pensaram em trabalhar uma violência diferente, que é a violência contra o patrimônio público, a depredação do patrimônio dentro e fora da escola. Mostrou como o projeto foi um grande desafio, em face do posicionamento contrário de alguns professores, que afirmavam ser este um problema do Governo, tornando-se necessária uma conscientização da importância do patrimônio público, conscientização essa obtida por esse grupo de alunos, que tem profissões diversas, como caseiro, empregada doméstica e uma outra é mãe. Descreveu o começo do projeto, por meio de uma apresentação de teatro, na sala de aula e depois, no pátio da escola, com o envolvimento de alunos dos três turnos, a adesão dos pais, alunos da noite, que começaram a vir a escola oferecer ajuda. Eles queriam saber de que forma poderiam contribuir para melhora da escola. Detalhou a operacionalização do projeto com tarefas

divididas por grupos, houve um grupo de monitores, incluídos alunos com necessidades especiais, alunos com liberdade assistida e alunos de diversas faixas etárias, sem restrição, que foram treinados por uma professora de Português, que deu o curso de relações humanas, durante uma semana, para eles saberem como lidar com os colegas dentro da escola e como se relacionar com as pessoas da comunidade que a procurassem durante aquele período. Apresentou resultados, tais como a mobilização dos pais para ajudar na manutenção e consertos de alguns objetos da escola, que se transformou em uma oficina, dinamismo da escola, parceria para a reforma da quadra de esporte da escola que estava desativada há um ano, e mudanças no ambiente, o espaço escolar, melhor conservação e limpeza, melhoria no tratamento dado pela comunidade aos professores. Continuando, a Profa. Mariana afirmou ter consciência do serviço que a escola presta à comunidade, mas que a comunidade precisava também ter a consciência do valor desse serviço prestado, o que não se percebia, inicialmente. Lembrou os sérios problemas enfrentados no início do ano, na parte externa da escola, superados, por meio da participação dos alunos, dos pais, dos professores e dos servidores, que diminuiu a violência, isto dentro do projeto; não há mais brigas no portão da escola, nem na escola, pois os alunos não têm mais tempo, porque têm ocupação, têm projetos na escola, eles se preocupam se uma lâmpada vai queimar, se uma parede não está bonita, promovem concursos, como a sala de aula mais limpa. Resumiu, indicando consequências da execução do projeto: a iluminação externa da escola e nas ruas próximas à escola melhorou, com a colaboração da Administração, que se tornou parceira, no trabalho; já há quebra-molas na frente da escola; as calçadas já não ficam cheias de entulho; e escola não é mais pichada, mas grafitada e sua limpeza melhorou muito. Concluiu anunciando a exposição de um vídeo e afirmando que há uma adesão grande dos pais, porque a

iniciativa foi dos alunos e da própria comunidade. Após a veiculação do vídeo, a Profª Mariana agradeceu e disse que a comunidade da escola é atípica e que ali se desenvolve um trabalho solidário. A Presidente, Deputada Eurides Brito, convidou para fazer uso da palavra o Professor Amarildo Reino de Lima, Diretor do Centro de Ensino Fundamental nº 619 da Diretoria Regional de Ensino de Samambaia, com a experiência "Conscientizar e criar reflexão para o mundo melhor". O Professor Amarildo Reino de Lima cumprimentou os presentes e relatou a situação peculiar de Samambaia, que está sempre crescendo, recebendo novos habitantes, o que muda o perfil que você traçou de sua comunidade. Justificando, portanto, o conscientizar para mudar jovens em busca de um projeto de vida melhor, pensar, refletir e criar, é o grande objetivo. A seguir, apresentou, na tela, o projeto, desde sua justificativa, problemática, características e narrou uma fábula, a partir da qual foram feitas três perguntas básicas, aos alunos: o que era importante na sua vida; o que ele gostaria que acontecesse e o que ele queria ser, e as respostas foram: gostaríamos que o pai estivesse todos os dias em casa; que o pai não bebesses, que a mãe não apanhasse; que todos os dias tomassem café, almoçassem e jantassem. Afirmou que essas respostas caracterizaram as necessidades da comunidade. Chamou, então as Profs Doriane, Helena e Vânia para discorrerem sobre o projeto. A Profª Doriane cumprimentou todos e disse que o projeto foi iniciado este ano, com produções de texto e geometria, e que gerou uma curiosidade entre os alunos: o que está por vir? Falou que, num primeiro momento, percebeu-se que a primeira coisa a ser desenvolvida seria o resgate da auto-estima, por

serem alunos que convivem com realidades cruéis, difíceis, de distanciamento de família; que foram usados recursos pedagógicos como fábulas, vídeos, debates, discussões paródias, sempre com temas relacionados a valores como amor, Deus, família, compreensão, solidariedade e neste último semestre, por meio de um trabalho junto ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE o Projeto Eleitor do Futuro, vinculado à questão da cidadania. Comunicou que, aos poucos, percebem-se resultados do projeto, que depende não só educadores, mas dos pais, de toda a família e de toda a sociedade. Prosseguindo, a Professora Vânia saudou os presentes e confirmou que o projeto é trabalhado em espaço diversificado e de forma disciplinada. Apontou resultados do projeto Eleitor do Futuro, como a conscientização dos alunos e seu desejo de participar. Transmitiu sua felicidade, a ponto de sequer ter adoecido, como ocorria anteriormente. Retornou a palavra o Prof. Amarildo Reino de Lima, que apresentou slides mostrando ações da escola, como a Feira Cultural, em sua quarta edição, a Sala de Artes, "flashs" do Projeto Divisor do Futuro (com o TER) e falou dos resultados obtidos e afirmou que a equipe está vitoriosa e que a escola caminha, a passos largos, para se tornar uma grande família. A Presidente, Deputada Eurides Brito, registrou a presença do Deputado Chico Vigilante, e anunciou a apresentação de "Educação para a Paz", experiência do Centro de Ensino Fundamental nº 219, da Diretoria Regional de Ensino de Santa Maria, com a Professora Cláudia de Lourdes Braz, a quem concedeu a palavra. A Sra. Cláudia de Lourdes Braz cumprimentou os presentes, fez um breve histórico do Centro de Ensino 209, de Santa Maria, onde é diretora há cinco anos. Justificou o projeto pela necessidade de formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual espera ver atendidos seus anseios individuais, sociais, culturais, políticos e econômicos. Informou sobre o trabalho voltado para a formação do cidadão como um todo, que é muito difícil e que não se faz sozinho, que há uma parcela muito importante: a participação da família; que o trabalho é diversificado, que, a cada bimestre, trabalha com três ou quatro disciplinas, dura o ano todo, e, a cada ano, ressalta um novo tema. Descreveu, então as atividades do projeto, por bimestre, e afirmou que a "Educação para a Paz" centra-se na não-violência como atitude pessoal e coletiva diante da violência em todas as suas manifestações, daí ter-se trabalhado, no 1º bimestre, o combate à violência; no segundo bimestre, a violência no esporte, dentro e fora dos campos, valorizando o espírito de equipe, o companheirismo, o respeito às regras, à torcida e à arbitragem, dando enfoque especial aos jogos interclasses, os Jogos da Paz, realizados anualmente, no terceiro bimestre, a violência contra a criança e o adolescente, nas diversas classes sociais, trabalhando o Estatuto da Criança e do Adolescente; finalmente, no quarto bimestre, a paz para um mundo melhor, abordando a violência nas casas noturnas, nos bailes funk, o hip hop, as bngas de gangues rivais, o uso indiscriminado do álcool, do fumo, dos diversos tipos de entorpecentes, a relação sexual durante os bailes noturnos, a gravidez precoce entre outros. A seguir, relacionou projetos que, desde o ano 2000 estão sendo desenvolvidos, em prol da paz. Apresentou gráficos que mostram que houve uma redução na violência, mas só por meio de projetos, do regime, de um trabalho em conjunto e da participação de pais na escola. A Presidente, Deputada Eurides Brito, se disse gratificada por estar tendo oportunidade de ouvir boas experiências. Registrou a presença de três membros da Comissão de Educação e Saúde:

Deputada Ariete Sampaio, Deputado Chico Vigilante e ela própria. Aguardou encaminhamento de questões e, como não houve, concitou cada Diretor a deixar sua mensagem de paz. A Profª Márcia Farias dos Santos disse que é possível melhorar a situação da violência no Brasil, no mundo, por meio da construção da ética, dos valores voltados à cidadania, construção que começa dentro de cada um e irradia para as pessoas que estão à nossa volta e assim podemos influenciar todos os que estão conosco ali, os alunos e a comunidade; que é possível melhorar a sociedade, transformar, por meio da educação e do resgate dos valores, voltados para a ética e para a cidadania. A Presidente, Deputada Eurides Brito, agradeceu e deu a palavra à Profª Mariana Alves Azevedo, que deixou uma mensagem de otimismo, de que, apesar das dificuldades do dia-a-dia, dos problemas enfrentados, tanto em nossa vida como nas escolas, deve-se ter um objetivo, um alvo maior que supere tudo isso, vontade de melhorar e de contribuir com as pessoas que precisam de nós. Concedida a palavra, pela Presidente, Deputada Eurides Brito, o Prof. Amarildo Reino de Lima acrescentou, que acreditava que a presença da família é essencial; que, por meio dela conseguiu-se à resolver o máximo dos problemas, com amor e com carinho. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra à Profª Cláudia de Lourdes que deixou a mensagem da necessidade de interação com tudo que está em volta de nós para encontrarmos a paz, seja no trabalho, seja na família. Registrou uma outra mensagem, a de que é importante crer em um ser mais forte. Todo Poderoso, Supremo, independente da religião. A Presidente, Deputada Eurides Brito, passou a palavra à Profª Maristela de Melo Neves, Secretária de Educação, que comentou ter havido, naquele momento uma pequena grande amostra do que a escola pública tem feito, pequena em quantidade, 4 escolas, mas representativas da grandeza do trabalho que as escolas públicas estão fazendo para melhorar a relação e a afetividade entre as pessoas. Disse que cada mensagem veiculada era um espelho da unidade que está sendo construída na educação pública, que os projetos são coletivos, a partir do empenho pessoal de cada professor, servidor e aluno. A Presidente, Deputada Eurides Brito, concedeu a palavra ao Deputado Chico Vigilante, que afirmou que se vê muito mais a violência e que a paz construída por cada um é quase invisível; que existem milhares de pessoas trabalhando pela paz, milhões, mas alguns praticam a violência, e ela é que é mais potencializada; que cada um de nós tem a responsabilidade de fazer com que a paz, que é maior do que a violência, supere-a também na visibilidade, pois, hoje, infelizmente, a violência supera a paz quanto à visibilidade. Concluiu, afirmando que a paz depende muito de companheirismo, solidariedade e não de dinheiro como se pensa. A Presidente, Deputada Eurides Brito, congratulou-se com as escolas que ali compareceram, seus alunos, seus professores, os diretores das Regionais, a equipe da Secretaria de Educação,

enfim, todos aqueles que fazem a educação no Distrito Federal. Prosseguindo, informou sobre trabalho da Comissão de Educação e Saúde, que este ano promoveu diversos Seminários, para que se tornassem conhecidas algumas questões e se debatessem temas que têm sido considerados tabus na sociedade, e aproveitou a oportunidade para convidar a plateia para os dois últimos Seminários, que ocorrerão, no dia 7 de dezembro, no mesmo local, sobre "Células-Tronco" e, no dia 10 de dezembro, às 10h, sobre Empreendedorismo na Educação Básica e na Educação Profissional, já que foi um tema que, neste ano, provocou alguns Projetos de Leis, Moções e Indicações que estão tramitando na Casa.

Renovou os agradecimentos e disse que todos devem ter em seu coração, a frase magna de Jesus: "Deixo-vos a paz, a minha paz eu vos dou". Citou, ainda, a oração de São Francisco, que diz: "Haja paz na terra, a começar por mim". Transmitiu a história, que leu, de um pai que levou seu filho para escola e, ao sair, foi assaltado, perdendo o único dinheiro que ele possuía para fazer a feira, a fim de que a família pudesse comer naqueles dias restantes da semana; que sua primeira reação foi correr para pegar o assaltante, mas logo depois, ele refletiu e fez um agradecimento a Deus, dizendo: "Deus, quero lhe agradecer por eu ter sido o assaltado e não o assaltante". Finalizando, mencionou o nome de um pai, de um membro de comunidade que conheceu naquele auditorio, Sr. Argeu, que lhe disse que já foi eleito, reeleito, reeleito, para presidir o Conselho de sua escola, e dirigiu-se a ele, falando que é um exemplo, que foi um prazer conhecê-lo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Deputada Eurides Brito, declarou encerrado o Seminário, às 10h56, do qual eu, Anna Maria Dantas Antunes Villabom, Secretária desta Comissão de Educação e Saúde, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão.


DEPUTADA ARIETE SAMPAIO
Presidente da Comissão de Educação e Saúde

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2004.

As quinze horas e dez minutos do dia 06 de dezembro de 2004, na Sala de Reunião das Comissões, foi aberta, pela Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Eurides Brito, a 9ª Reunião Ordinária, com a presença do Deputado Aginaldo de Jesus e da Deputada Ivelisse Longhi. A Deputada Eurides Brito passou ao primeiro item da pauta: I – LEITURA E APROVAÇÃO DAS ATAS DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, OCORRIDA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2004 E DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE A "SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO" E SOBRE "ENSINO FUNDAMENTAL – 9 ANOS", REALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NOS DIAS 04 E 23 DE NOVEMBRO DE 2004. RESULTADO: As três atas foram aprovadas com três votos e duas ausências, sem reparos. A seguir, passando ao Item II – COMUNICADOS, a Deputada Eurides Brito teve comentários sobre um artigo, publicado na revista Veja, de autoria do Prof. Claudio de Moura Castro, sob o título *Ruim comparado com quem?*, onde ele afirma que o Brasil, durante muitos anos, em termos de aprendizagem esteve entre os cem piores países do mundo, mas que já há um êxito, segundo um levantamento da ONU de 2002, ainda não publicado, que o coloca fora desse bloco. A Deputada Eurides Brito citou algumas surpresas, nesse artigo, como por exemplo, o analfabetismo residual do nosso país que é igual ao da China – 10%; a Índia, ainda tem metade da população analfabeta, tem classes com 75 alunos, professores faltosos, bem como enorme atraso na matrícula das mulheres. Prosseguiu, enumerando informações tenebrosas ali contidas, com relação à corrupção em países como a Colômbia, o pior deles, Eslováquia, quatro países da antiga União Soviética, Uganda e Gana. Concluiu, afirmando que, em nosso país, a corrupção é pouca e discreta. A seguir, citou o Memorando nº 171/2004, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, solicitando "o subséquo dessa Comissão realizar a visita ao Centro Educacional nº 1, em São Sebastião, para verificar "in loco" as reais condições das instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do citado estabelecimento de ensino em razão de encaminhamento de abaixo-assinado ao meu gabinete parlamentar da comunidade acadêmica a respeito do assunto" e sugeriu à Comissão que seja encaminhado, à Secretaria de Estado de Educação, solicitando informações para esclarecimentos, proposta aprovada pelos membros presentes. Passou ao item III – MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. 1. PROJETO DE LEI Nº 810/2003. Ementa: "Institui, no âmbito das escolas públicas do Distrito Federal, a Semana da Água". Autor: Deputado Pedro Passos. Relator: Deputado Aginaldo de Jesus. Parecer: PELA APROVAÇÃO. Resultado: Aprovado com três votos e duas ausências. 2. PROJETO DE LEI Nº 1189/2003. Ementa: "Cria o Programa de Assistência às pessoas portadoras de hepatite C, no âmbito do Distrito Federal e da outras providências". Autor: Deputado Augusto Carvalho. Relator: Deputado Aginaldo de Jesus. Parecer: PELA APROVAÇÃO. Resultado: Aprovado com três votos e duas ausências. 3. PROJETO DE LEI Nº 1269/2004. Ementa: "Dispõe sobre o horário especial de funcionamento para o trabalhador nos ambulatórios dos hospitais públicos do Distrito Federal". Autor: Deputado Leonardo Prudente. Relator: Deputado Aginaldo de Jesus. Parecer: PELA APROVAÇÃO. Resultado: Aprovado com três votos e duas ausências. 4. PROJETO DE

LEI Nº 1431/2004. Ementa: "Dispõe sobre a assepsia nos lanques de área destinados ao lazer e recreação infantil existentes em áreas pública ou privadas". Autor: Deputado Peniel Pacheco. Relator: Deputado Aginaldo de Jesus. Parecer: PELA APROVAÇÃO. Resultado: Aprovado com três votos e duas ausências. 5. PROJETO DE LEI Nº 1444/2004. Ementa: "Altera dispositivos da Lei nº 3359, de 15 de junho de 2004, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde no âmbito do Distrito Federal". Autora: Deputada Eliana Pedrosa. Relator: Deputado Aginaldo de Jesus. Parecer: PELA APROVAÇÃO. Resultado: Aprovado com três votos e duas ausências. 6. PROJETO DE LEI Nº 1493/2004. Ementa: "Estabelece condições sanitárias para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que fornecem refeições e lanche em feiras do Distrito Federal e dá outras providências". Autora: Deputada Eliana Pedrosa. Relator: Deputado Aginaldo de Jesus. Parecer: PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA ADITIVA Nº 1, APRESENTADA PELO RELATOR. A Deputada Ivelisse Longhi argumentou, contrariamente aos termos da Emenda, que inclui trailers, quiosques e similares, obrigando-os portanto, a ter 4 metros quadrados, o que lhes é inviável. A Comissão concluiu, pela retirada da Emenda Aditiva, apreciando-se, apenas, o Projeto original. Resultado: Aprovado com três votos e duas ausências. 7. PROJETO DE LEI Nº 1371/2000. Ementa: "Torna obrigatória a veiculação de propaganda educativa ou preventiva em festas, festivais, competições e/ou eventos apoiados, patrocinados ou promovidos pelo Poder Público". Autor: Deputado Gim Argello. Relator: Deputada Ivelisse Longhi. Parecer: PELA APROVAÇÃO, COM AS EMENDAS Nº 1 (REDAÇÃO) E Nº 2 (SUPRESSIVA), APRESENTADAS PELA RELATORA. Resultado: Aprovado, com as Emendas, com três votos e duas ausências. 8. PROJETO DE LEI Nº 2438/2001. Ementa: "Dispõe sobre a realização de perícia médica para portadores de deficiência pelas Clínicas

credenciadas junto ao DETRAN/DF". **Autora:** Deputada Anilcéia Machado. **Relator:** Deputado Chico Floresta. Antes de colocar em votação, a Deputada Eurides Brito comunicou que, por se tratar da última reunião do ano iria designar relatores "ad hoc". **Resultado:** concedida vista à Deputada Ivelise Longhi. **9. PROJETO DE LEI Nº 286/2003. Ementa:** "Dispõe sobre a instalação de alas na rede hospitalar pública do Distrito Federal e garantia de atendimento adequado aos portadores de coagulatórias congênitas". **Autora:** Deputada Eliana Pedrosa. **Relator:** Deputado Chico Floresta. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA CCJ. **Relatora "ad hoc":** Deputada Ivelise Longhi. **Resultado:** Aprovado com três votos e duas ausências. **10. PROJETO DE LEI Nº 620/2003. Ementa:** "Institui o Programa de Fornecimento de Medicamentos aos portadores de patologias crônicas – Carlão Remédio". **Autor:** Deputado Odilon Aires. **Relator:** Deputado Aguiinaldo de Jesus. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO. Nesse momento, o relator informou haver um "VOTO EM SEPARADO", da Deputada Arlete Sampaio, pela REJEIÇÃO. **Resultado:** Aprovado o "Voto em Separado", com três votos e duas ausências. **11. PROJETO DE LEI Nº 633/2003. Ementa:** "Assegura prestação de serviço e possibilita incentivos às empresas que financiem bolsas de estudo aos professores que necessitam de complementação de formação pedagógica". **Autor:** Deputado Pedro Passos. **Relator:** Deputado Chico Floresta. **Parecer:** PELA REJEIÇÃO. **Relatora "ad hoc":** Deputada Ivelise Longhi. **Resultado:** Aprovado com três votos e duas ausências. **12. PROJETO DE LEI Nº 964/2003. Ementa:** "Determina a construção obrigatória de, no mínimo, uma quadra poliesportiva como parte das instalações físicas das escolas públicas do Distrito Federal". **Autora:** Deputada Arlete Sampaio. **Relator:**

Deputado Chico Floresta. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO. **Relatora "ad hoc":** Deputada Eurides Brito. Deputado Aguiinaldo de Jesus assumiu a Presidência. A Relatora "ad hoc" justificou seu Parecer "PELA REJEIÇÃO", em substituição ao do Relator Designado. **Resultado:** Aprovado o parecer da Relatora "ad hoc", com três votos e duas ausências. A Deputada Eurides Brito voltou a assumir a Presidência. **13. PROJETO DE LEI Nº 1063/2004 Ementa:** "Determina o registro do índice Apgar no prontuário do recém-nascido e no cartão da criança". **Autor:** Deputado Augusto Carvalho. **Relatora:** Deputada Arlete Sampaio. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO. **Relatora "ad hoc":** Deputada Ivelise Longhi. **Resultado:** Aprovado com três votos e duas ausências. **14. PROJETO DE LEI Nº 1164/2004. Ementa:** "Dispõe sobre a inclusão de hotelaria e turismo como conteúdo opcional no currículo escolar do ensino médio". **Autor:** Deputado Augusto Carvalho. **Relator:** Deputado Chico Floresta. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO. **Resultado:** Retirado de Pauta, por solicitação da Presidente. **15. PROJETO DE LEI Nº 1219/2004. Ementa:** "Institui a Feira de Ciências do Distrito Federal e dá outras providências". **Autora:** Deputada Eliana Pedrosa. **Relator:** Deputado Chico Floresta. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO. **Relator "ad hoc":** Deputado Aguiinaldo de Jesus. **Resultado:** Aprovado com três votos e duas ausências. **16. PROJETO DE LEI Nº 1223/2004. Ementa:** "Dispõe sobre a obrigatoriedade das auto-escolas do Distrito Federal promoverem curso de primeiros socorros e dá outras providências". **Autor:** Deputado Chico Floresta. **Relator:** Deputado Aguiinaldo de Jesus. **Parecer:** PELA REJEIÇÃO. **Resultado:** Retirado de pauta, por solicitação do autor. **17. PROJETO DE LEI Nº 1306/2004. Ementa:** "Torna obrigatória a lotação e presença de profissionais fisioterapeutas nos postos e centros de saúde do Distrito Federal e dá outras providências". **Autor:** Deputado José Eddmar. **Relator:** Deputado Chico Floresta. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO, COM AS EMENDAS 1 E 2 (MODIFICATIVAS), APRESENTADAS PELO RELATOR. **Relatora "ad hoc":** Deputada Ivelise Longhi. **Resultado:** Aprovado, com três votos e duas ausências. **18. PROJETO DE LEI Nº 1411/2004. Ementa:** "Cria o Programa de Odontologia Pública nas Administrações Regionais do Distrito Federal". **Autor:** Deputado Leonardo Prudente. **Relator:** Deputado Chico Floresta. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO. **Relator "ad hoc":** Deputado Aguiinaldo de Jesus. O Relator "ad hoc" votou pela Rejeição. **Resultado:** Aprovado o Parecer do relator "ad hoc" com três votos e duas ausências. Assumiu a Presidência o Deputado Aguiinaldo de Jesus. **19. PROJETO DE LEI Nº 1499/2004. Ementa:** "Institui o projeto *Férias na Escola* a ser desenvolvido no período de recesso e férias nas escolas públicas do Distrito Federal". **Autor:** Deputado Augusto Carvalho. **Relatora:** Deputada Eurides Brito. **Parecer:** PELA APROVAÇÃO, COM AS EMENDAS ADITIVAS 1 E 2, APRESENTADAS PELA RELATORA. **Resultado:** Aprovado, com três votos e duas ausências. **20. PROJETO DE LEI Nº 1518/2004. Ementa:** "Dispõe sobre a realização de prova ou de outros instrumentos de avaliação em segunda chamada no sistema de ensino do Distrito Federal e dá outras providências". **Autor:** Deputado Paulo Tadeu. **Relatora:** Deputada Eurides Brito. **Parecer:** PELA REJEIÇÃO. **Resultado:** Aprovado, com três votos e duas ausências. Voltou a assumir a Presidência a Deputada Eurides Brito, que passou a votação das Indicações, registrando que as de nºs 55 e 58 estão prejudicadas porque foi aprovada anteriormente, uma outra tratando do mesmo assunto e três consideradas Prejudicadas. A seguir, foram apreciadas as demais Indicações em bloco. **21. INDICAÇÃO Nº 2987/2004. Ementa:** "Sugere ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde a ampliação do Posto de Saúde 01 ou 17 da Cidade da Candangolândia uma ambulância". **Autor:** Deputado Expedito

Bandeira. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **22. INDICAÇÃO Nº 2991/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal a reforma e a ampliação do Hospital Regional de Brasília". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **23. INDICAÇÃO Nº 2992/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção do Hospital Regional do Recanto das Emas". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **24. INDICAÇÃO Nº 2993/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção do Hospital Regional de Santa Maria". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **25. INDICAÇÃO Nº 2.994/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal a reforma e a ampliação do Hospital Regional de Ceilândia". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **26. INDICAÇÃO Nº 2995/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção de Centro de Saúde em Sobradinho II". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **27. INDICAÇÃO Nº 2996/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção de um Centro de Referência de Diabético no Distrito Federal". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **28. INDICAÇÃO Nº 3004/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reforma geral do Centro de Ensino Fundamental 404 em Samambaia". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **29. INDICAÇÃO Nº 3005/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reforma geral com ampliação da Escola Classe Vicente Pires em Taguatinga". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **30. INDICAÇÃO Nº 3006/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reconstrução do Centro de Ensino Fundamental 01 em Samambaia". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **31. INDICAÇÃO Nº 3007/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reforma da Escola Classe do Varjão". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **32. INDICAÇÃO Nº 3008/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reforma da Escola Classe 50 em Taguatinga". **Autor:**

Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **33. INDICAÇÃO Nº 3009/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reforma geral com ampliação do Centro de Ensino Fundamental Rodeador em Brasília". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **34. INDICAÇÃO Nº 3010/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reforma geral do Centro Educacional 01 do Cruzeiro". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **35. INDICAÇÃO Nº 3011/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a reforma geral do Centro Educacional 04 do Guarã". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **36. INDICAÇÃO Nº 3012/2004. Ementa:** "Sugere à Sra. Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Centro de Ensino Médio no Setor Norte da Cidade de Santa Maria". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **37. INDICAÇÃO Nº 3013/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Centro de Ensino Médio no Bairro São Francisco de São Sebastião". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **38. INDICAÇÃO Nº 3014/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal construção de Jardim de Infância em Planaltina". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **39. INDICAÇÃO Nº 3015/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância no Paranoá". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **40. INDICAÇÃO Nº 3016/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância em Águas Claras". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **41. INDICAÇÃO Nº 3017/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância no Cr. zeiro Novo". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **42. INDICAÇÃO Nº 3018/2004. Ementa:** "Sugere à Sra. Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância em Sobradinho II". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **43. INDICAÇÃO Nº 3019/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância na Quadra 100 de Santa Maria". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **44. INDICAÇÃO Nº 3020/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância na Quadra 203 em São Sebastião". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **45. INDICAÇÃO Nº 3021/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância no Recanto das Emas". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **46. INDICAÇÃO Nº 3022/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância na Quadra 603 do Recanto das Emas". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **47. INDICAÇÃO Nº 3023/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de Jardim de Infância na Quadra 117 de Santa Maria". **Autor:** Deputado Brunelli. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **48. INDICAÇÃO Nº 3028/2004. Ementa:** "Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretária de Estado de Educação, o fornecimento de material esportivo para o Centro de Ensino Fundamental 10 da Ceilândia - RA IX". **Autor:** Deputado Odilon Aires. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **49. INDICAÇÃO Nº 3035/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Administrador Regional do Riacho Fundo construção de Posto de Saúde no Riacho Fundo II". **Autor:** Deputado Chico Floresta. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **50. INDICAÇÃO Nº 3036/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de um Posto de Saúde no Riacho Fundo II". **Autor:** Deputado Chico Floresta. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **51. INDICAÇÃO Nº 3037/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Secretário de Estado de Saúde construção de um Posto de Saúde no Riacho Fundo II". **Autor:** Deputado Chico Floresta. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **52. INDICAÇÃO Nº 3046/2004. Ementa:** "Sugere à Senhora Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a

construção de um Centro de Ensino Fundamental e Médio nos conjuntos 16 e 17 da Quadra 06 no Riacho Fundo II". **Autor:** Deputado Chico Floresta. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **53. INDICAÇÃO Nº 3047/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de um Centro de Ensino Fundamental e Médio nos conjuntos 16 e 17 da Quadra 06 no Riacho Fundo II". **Autor:** Deputado Chico Floresta. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **54. INDICAÇÃO Nº 3048/2004. Ementa:** "Sugere ao Senhor Administrador Regional do Riacho Fundo a construção de um Centro de Ensino Fundamental e Médio nos conjuntos 16 e 17 da Quadra 06 no Riacho Fundo II". **Autor:** Deputado Chico Floresta. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **55. INDICAÇÃO Nº 3066/2004. Ementa:** "Sugere à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado de Educação que providencie a reabertura da Escola Classe nº 53, localizada na área especial da QNO-17, da Cidade de Ceilândia - DF". **Autor:** Deputado Chico Leite. **Resultado:** Aprovada a prejudicialidade com três votos e duas ausências. **56. INDICAÇÃO Nº 3096/2004. Ementa:** "Sugere à Secretaria de Educação que adote as providências necessárias visando a construção de uma Escola de Ensino Fundamental na Região Administrativa de Brasília - RA IV, próximo ao Assentamento Maranata". **Autora:** Deputada Erika Kokay. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **57. INDICAÇÃO Nº 3104/2004. Ementa:** "Sugere ao Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de uma creche no Setor P-Sul e Ceilândia". **Autor:** Deputado Benício Tavares. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. **58. INDICAÇÃO Nº 3105/2004. Ementa:** "Sugere à Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal a adoção de providências urgentes para reconstrução da Escola Classe 53, localizada na Expansão do Setor 'O' de Ceilândia". **Autor:** Deputado Benício Tavares. **Resultado:** Aprovada a prejudicialidade com três votos e duas ausências. **59. INDICAÇÃO Nº 3115/2004. Ementa:** "Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a construção de uma Escola de Música em Santa Maria - RA XIII". **Autor:** Deputado Odilon Aires. **Resultado:** Aprovada com três votos e duas ausências. A seguir, a Presidente anunciou ser a última reunião do ano e agradeceu aos profissionais, que trabalham, na Comissão de Educação e Saúde; aos "Anjos da Guarda" da taquígrafia; aos assessores dos Deputados e aos profissionais da imprensa. Lembrou a Audiência Pública sobre "Céculas - Tronco", a realizar-se no dia seguinte. Prosseguindo, o Deputado Aguiinaldo de Jesus solicitou a palavra, concordou com o que disse a Presidente e justificou sua ausência em alguns Seminários, por estar cursando Faculdade no horário. A Presidente, Deputada Eurides Brito, argumentou que a assessoria do Deputado sempre esteve presente e que ele cumpriu a sua missão porque sempre enviou os Pareceres. A Presidente concedeu a palavra à Deputada Ivelise Longhi, que agradeceu a acolhida que teve na Comissão e na Casa e afirmou ter aprendido bastante. Parabenizou a condução dos trabalhos pela Presidente que, de uma forma sempre tão objetiva e clara, presidiu as reuniões, e afirmou acreditar que a Comissão, sem desmerecer as outras, até porque

participa de algumas também, está com o seu dever de casa em dia, o que é muito importante. O Deputado Aginaldo de Jesus voltou a usar da palavra para comunicar que a Igreja formou 350 alunos, que, no início do ano, eram analfabetos e agora serão inseridos no Ensino Fundamental, e que, agora, saem do projeto Ler e Escrever. Encerrando, a Presidente, Deputada Eurides Brito, desejou a todos um Feliz Natal e um Ano Novo muito bom, e registrou uma leitura que fez sobre um pai, que interrompeu sua perseguição a um assaltante e disse: "eu tenho e que agradecer a Deus porque eu fui assaltado e não sou o assaltante". afirmou que esta é uma lição realmente muito forte e muito bonita que deve-se aplicar em vários momentos, mesmo quando há reverses na vida. Não havendo mais assunto a tratar, a Presidente encerrou a reunião, às 16h28, da qual eu, Anna Maria Dantas Antunes Villaboim, Secretária desta Comissão de Educação e Saúde, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO
Presidente

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2005.

Às quinze horas e dezoito minutos, do dia vinte e oito de fevereiro de 2005, sob a presidência da Deputada Arlete Sampaio e com a presença da Deputada Erika Kokay e do Deputado Augusto Carvalho, foi aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e Saúde. A Deputada Arlete Sampaio saudou os membros da Comissão e demais presentes, informou a presença do Dr. André Meireles Borba, presidente da Associação Brasileira de Médicos Residentes. Apresentou o calendário de reuniões ordinárias, conforme acordado pelos presidentes de comissões e Colégio de Líderes, ainda em 2003. Solicitou que os senhores deputados apresentassem, na próxima reunião, proposta de atividades e visitas da Comissão a escolas e unidades de saúde. Comentou sobre a situação caótica do ensino público no Distrito Federal e sobre a falta de professores. A seguir a presidente ponderou sobre a exiguidade do tempo para a reunião, uma vez que às quinze e trinta não haveria mais quorum com a saída do Deputado Augusto que tinha outro compromisso. Assim, sugeriu alteração da pauta para que fosse privilegiada a apreciação do item nº 2 da Parte II da pauta, Requerimento nº 001/2005, considerando a oportunidade de realizar a audiência pública, proposta no Requerimento, em data anterior à assembleia dos professores, no dia 8 de março. A Deputada Erika Kokay ponderou sobre a importância de apreciar também os Requerimentos apresentados extra-pauta. Estando todos de acordo, foram apreciadas as seguintes proposições: 1. **REQUERIMENTO Nº 001/2005. Ementa:** "Requer a realização de Audiência Pública sobre a pauta de reivindicações da categoria dos professores." **Autoria:** Deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay. **RESULTADO: APROVADO POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS.** 2. **REQUERIMENTO Nº 004/2005 (extra-pauta). Ementa:** "Requerem a convocação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para prestar esclarecimentos sobre o assunto que especifica." **Autoria:** Deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay. **RESULTADO: APROVADO POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS.** 3. **REQUERIMENTO Nº 005/2005 (extra-pauta). Ementa:** "Requerem a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação e Saúde para discutir o cumprimento dos limites mínimos delimitados em lei para aplicação na área de educação referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 no âmbito do DF." **Autoria:** Deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay. **RESULTADO: APROVADO POR TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS AUSÊNCIAS.** Os demais itens, inclusive as pautas contantes da pauta, serão apreciados na próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 7 de março, às quinze horas. Houve concordância sobre a realização da audiência pública desta Comissão, sobre a pauta de reivindicação dos professores, em 7 de março, às dez horas no Plenário da Câmara Legislativa e sobre o convite do Sindicato dos Professores e da Secretária de Estado de Educação. A Deputada Arlete Sampaio concluiu a reunião convidando o DR. André, presidente da ABRAMER, para comparecer à próxima reunião ordinária para informar à Comissão sobre os problemas por que passam os programas de residência médica no Distrito Federal. Às quinze horas e trinta e cinco minutos desfez-se o quorum e não havendo mais assuntos a tratar, levantou-se a Reunião, da qual eu, Carmen Lúcia Soares de Azevedo, Consultora Legislativa, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO
Presidente

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO
AMBIENTE.**

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO – CDESCTMAT, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

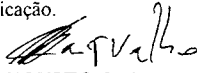
Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas e cinqüenta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT – para a sua primeira Reunião Extraordinária. O Presidente da Comissão, Deputado Augusto Carvalho, agradeceu a confiança dos seus Pares, o que o levou à Presidência desta Comissão. Em seguida agradeceu à Deputada Eliana Pedrosa e à Deputada Arlete Sampaio por terem aceito o convite para a reunião extraordinária. Informou que a Presidência, em reunião com as Presidências das Comissões, definiu um calendário de reuniões, cabendo a esta Comissão reunião quinzenal

às terças-feiras. Em seguida destacou sua reunião no Fórum das ONGs Ambientistas do Distrito Federal, onde expressou o desejo desta Comissão em trabalhar em sintonia com aquele coletivo, transformando a Comissão numa caixa de ressonância das preocupações de todas as entidades que vêm lutando em defesa do meio ambiente. Solicitou ao Fórum das ONGs Ambientistas de Brasília, baseado na Carta Ambiental, com as propostas de política ambiental para o Planalto Central, encaminhada ao Presidente Lula e à Ministra Marina Silva, proposta de uma agenda de pontos principais que venham a nortear o trabalho da Comissão. A seguir, apresentou a lista dos pontos citados às senhoras deputadas e cópia na íntegra da Carta Ambiental do Distrito Federal e do Entorno. O Presidente informou que há um levantamento de todos os projetos que estão no âmbito da Comissão e que algumas dezenas deles estão pendentes de parecer dos membros da Comissão, existindo noventa e dois registros de entradas de projetos na Comissão, sendo que quarenta e dois já estão localizados e cinqüenta estão distribuídos para relatoria de Deputados da seguinte forma: o Deputado Gim Argello tem treze proposições, o Deputado Chico Floresta tem vinte proposições, o Deputado Peniel Pacheco tem dez proposições, a Deputada Eliana Pedrosa tem três

proposições, e o Deputado Pedro Passos tem três proposições. O Presidente pediu que haja celeridade na apresentação dos pareceres. Também citou a criação do Setor Noroeste que teve ampla repercussão na mídia, e informou que o ofício foi encaminhado ao Presidente da Terracap e ao Secretário de Meio Ambiente, estranhando que a audiência tenha sido marcada para a quinta-feira de carnaval, solicitando que nova audiência seja marcada. O Deputado Chico Floresta apresentou o Requerimento nº 001 a esta Comissão, solicitando convocação de audiência pública para a discussão do processo de licenciamento ambiental do Setor Residencial Noroeste. Em razão da urgência dessa questão, o Presidente apresentou o Requerimento para votação. O Presidente concedeu a palavra à Deputada Arlete Sampaio que louvou a iniciativa do mesmo em ter encaminhando ofício à Presidência da Terracap, achando pertinente que se refaça a audiência pública nos termos necessários; citou também a importância da iniciativa do Deputado Chico Floresta que sugeriu uma audiência pública no mesmo teor. Sugeriu agilidade na realização da audiência a fim de colher elementos para que, na audiência pública da Terracap a Comissão apresente sugestões e indicações. O Presidente concede a palavra à Deputada Eliana Pedrosa que parabenizou as iniciativas do Presidente, especialmente no caso do Setor Noroeste, e citou a recém-criada Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente como um novo agente neste caso. Sugere conhecer um pouco das atribuições da nova Secretaria, a fim de descobrir como fica a divisão de atribuições frente à essa nova organização do Estado no Distrito Federal. A Deputada Arlete Sampaio sugeriu que se acrescente ao requerimento do Deputado Chico Floresta convite à nova Secretaria e também à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, pois se trata de uma proposta habitacional. O Presidente não define quais seriam os atores da audiência e sugere que em conjunto com o Deputado Chico Floresta se desdobre o convite para autoridades e entidades interessadas. O Presidente encerrou a discussão, passando a votação do Requerimento, que foi aprovado com três votos a favor havendo duas ausências. O Presidente afirmou que gostaria de ouvir a sociedade para que as reuniões não se restringissem à discussão de projetos, mas que houvesse debate. Sugere convocação da Secretaria para prestar esclarecimentos sobre a situação do aterro do lixo do Jôquei Clube; situação dos pontos de contaminação ambiental existentes no território do Distrito Federal apontados no Relatório do Ministério da Saúde e a implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago do Paranoá. O Deputado Augusto Carvalho chama a atenção para a importância da assinatura do Protocolo de Kyoto, que permitirá que os países de Terceiro Mundo possam se beneficiar dos chamados "créditos de carbono". Dessa maneira, um amplo mercado se abre no mundo, que haverá estímulos e incentivos dos

países desenvolvidos para que reflorestamentos e recuperação de áreas degradadas sejam feitas em outros países. O Deputado Augusto Carvalho solicitou uma audiência ao Embaixador da Holanda, pois foi o primeiro país a estabelecer um convênio desta natureza com o Brasil. O Deputado irá discutir com o Embaixador a possibilidade de incluir nesse convênio o Distrito Federal e o bioma cerrado, que está sob ameaça, em uma reunião marcada para o dia 04 de março às quinze horas e convida os membros da Comissão para que se façam presentes nesta audiência. O Presidente concede a palavra à Deputada Arlete Sampaio que concorda com a importância do Protocolo de Kyoto e acha a visita ao Embaixador importante. O Presidente concede a palavra à Deputada Eliana Pedrosa que também se refere à importância do Protocolo de Kyoto e ressalta que esta é a oportunidade de protestar contra a posição dos Estados Unidos de não aderir ao Protocolo, já que é um dos maiores, senão o maior poluidor mundial. O Deputado Augusto Carvalho insiste no convite aos membros da Comissão e cita que já solicitou audiência à Embaixada do Japão e da Bélgica. O Presidente relata que o Fórum das ONGs ambientalistas colocou uma grave questão com relação às pessoas que trabalham no Lixão, uma vez que esse aglomerado de pessoas que na cata do lixo deixam resíduos e detritos de toda natureza que estão impactando aquela área contígua e sugere o agendamento de uma visita ao Lixão para que com a presença de seus pares e também da imprensa possa se fazer pressão para que seja encontrada uma

solução, uma vez que há grande risco de contaminação do solo. A Deputada Eliana Pedrosa acha oportuna a visita, não somente pelas questões levantadas pelo Deputado, mas também porque o contrato da empresa que opera o lixo no Distrito Federal está vencendo e que seria necessário ajustes no novo edital ou quando da renovação do contrato. A Deputada Arlete Sampaio concorda e acho oportuna a visita para chamar a atenção da sociedade para esses fatos e espera que uma data seja definida e que os demais integrantes da Comissão possam comparecer. A Deputada Eliana Pedrosa pede atenção especial para com os moradores da Fercal que estão sendo profundamente impactados pela ação dessa empresa no Distrito Federal. A Deputada Arlete Sampaio cita que assunto remonta a época em ela era estudante de Medicina na antiga UISS-Sobradinho, perdurando os problemas até os nossos dias. A Deputada Arlete Sampaio acha pertinente a visita e a denúncia pública de tudo a fim de que a empresa tome as medidas pertinentes. O Deputado Augusto Carvalho acolheu a sugestão e sugeriu que numa próxima reunião acha uma pauta específica sobre a questão. O deputado Augusto Carvalho sugere que seja feita uma reflexão sobre o que anda acontecendo com a água do Distrito Federal por ocasião do dia da Água comemorado no dia 22 de março, incluindo uma visita ao parque Olhos D'água, onde as nascentes estão sendo ameaçadas até pela especulação imobiliária que cada vez chega mais perto. Sugere que seja feito no Parque um debate com a presença de um representante da Caesb, da Agência Nacional de Águas, para discutir a questão da Bacia do Paranoá. O Deputado informa que a próxima reunião será dia 15 de março e sugere que a ida ao Parque Olhos D'água fique marcada. A Deputada Arlete Sampaio está de acordo. Deputada Eliana Pedrosa de acordo. O Presidente Augusto Carvalho declara encerrada a reunião e agradece as Deputadas Arlete Sampaio e Eliana Pedrosa pela aquiescência ao convite e aos demais presentes na reunião. Às dez horas e trinta e cinco minutos a reunião foi encerrada, e eu, Maria Souza Carneiro, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, Deputado Augusto Carvalho, e encaminhada à publicação.



Deputado **AUGUSTO CARVALHO**
Presidente

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

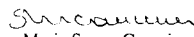
De ordem do Excelentíssimo Senhor Deputado AUGUSTO CARVALHO, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo CDECTMAT, nos termos do Art. 78 inciso VI do Regimento Interno, informamos que as proposições a seguir foram distribuídas aos Membros desta Comissão, nesta data, para proferirem parecer:

RELATORES

Dep Augusto Carvalho	Dep Chico Floresta
• PL 469/2003	• PL 999/2003
• PL 1616/2004	• PL 1360/2004
• PL 1645/2004	
• PL 1596/2004	
• PL 1220/2004	
• PL 1224/2004	
• PL 1278/2004	
• PL 1298/2004	
• PL 1457/2004	
• PL 599/2003	
• PL 101/1999	
• PR 80/2004	
Dep. Aguinaldo de Jesus	Dep. Eliana Pedrosa
• PLC 08/2003	• PL 1516/2004
• PL 1088/2004	• PL 526/2003
• PL 1325/2004	• PL 567/2003
• PL 1609/2004	• PL 1215/2004
• PL 1371/2004	• PL 1585/2004
• PL 175/2003	• PL 1448/2004
• PL 1051/2004	• PL 923/2003

Brasília, 14 de março de 2005.

Atenciosamente,



Maria Souza Carneiro
Secretária de Comissão

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

PAUTA


2ª Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 16 de março de 2005, quarta-feira, às 14 horas, na Sala de Reuniões das Comissões.

ITEM 1 - Discussão e votação do parecer do corregedor ao PROC nº 42/2004. Representação de Autoria do senhor Ueliton Pinheiro das Neves contra o deputado Chico Floresta.

ITEM 2 - Discussão e votação do parecer do corregedor ao PROC nº 43/2004. Representação de autoria do senhor Joab Alves Rodrigues contra o deputado Peniel Pacheco.

ITEM 3 - Discussão e votação do parecer do corregedor ao PROC nº 44/2004. Representação de autoria da senhora Cristiane Costa dos Reis Silva contra a deputada Erika Kokay.

ITEM 4 - Assuntos Gerais



Carlos Lago
Secretário de Comissão Substituto
CPF: 030.628.110-0
Matr.: 12.498-50

Mesa Diretora

Atos da Mesa Diretora

ATO DA MESA DIRETORA Nº 14, de 2005.

Altero o Ato da Mesa Diretora nº 024/96.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os incisos II e V e § 1º do art. 6º do Ato da Mesa Diretora nº 024/96, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º

II - Credencial Cinza - destinada aos servidores de Gabinetes Parlamentares e Lideranças, incluindo Chefes de Gabinete, das Comissões Permanentes, da Corregedoria, Ouvidoria, Unidades Temáticas da Assessoria Legislativa e Coordenadoria de Comunicação Social.

V - Credencial Amarela - destinada aos integrantes do Gabinete da Mesa Diretora, ao Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do GDF, Chefe de Gabinete da Presidência, Diretor Legislativo, Diretor de Recursos Humanos, Diretor de Administração e Finanças, Procurador-Geral, Chefe da Assessoria Especial de Fiscalização e Controle e chefe da Assessoria Legislativa.

§ 1º Serão fornecidas duas credenciais, sem identificação pessoal, para cada uma das unidades citadas no inciso II, sendo permitido o acesso ao Plenário de apenas um credenciado da respectiva área por vez."

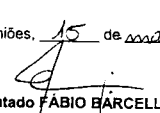
Art. 2º - Incluir no art. 6º do mesmo ato o seguinte parágrafo:

"§ 3º As Credenciais Amarelas terão identificação pessoal."

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Ato da Mesa Diretora nº 035, de 2002.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2005.



Deputado **FABIO BARCELLOS**
Presidente

Deputado **CHICO FLORESTA**
Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ EDUARDO**
Segundo-Secretário

Deputado **WILSON LIMA**
Primeiro Secretário

Deputado **PENIEL PACHECO**
Terceiro Secretário

ATA DA 9ª REUNIÃO DO GABINETE DA MESA DIRETORA DE 2005

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas, na sala de reunião da Presidência, reuniram-se os membros do Gabinete da Mesa Diretora, estando presentes os senhores Wilson Machado, Secretário-Geral do Gabinete da Mesa Diretora; Marcelo Braga, Secretário Executivo da Vice-Presidência; Arnaldo Siqueira de Lima, Secretário-Executivo da Primeira Secretaria; Reinaldo Mendes, Secretário-Executivo da Segunda Secretaria e Ricardo José Alves, Secretário Executivo da Terceira Secretaria; para deliberar sobre os itens abaixo: 1) Processos nºs 83/05, 254/05, 287/05 e 338/05 - Verba indenizatória. Relatores: Secretários do GMD. Deliberação: Aprovados. Encaminhar à DOFC para providenciar o ressarcimento. 2) Memo nº 32/05 - ASFICO - Credencial para acesso às dependências do Plenário da CLDF. Relator: Secretário-Geral/Presidência. Deliberação: Na minuta de Ato da Mesa Diretora apresentada pela ASFICO foram aprovadas as seguintes alterações: " Credencial Cinza - destinada aos servidores de Gabinetes Parlamentares e Lideranças, incluindo Chefes de

Gabinete, das Comissões Permanentes, da Corregedoria, Ouvidoria, Unidades Temáticas da Assessoria Legislativa e Coordenadoria de Comunicação Social." "Credencial Amarela - destinada aos integrantes do Gabinete da Mesa Diretora, ao Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do GDF, Chefe de Gabinete da Presidência, Diretor Legislativo, Diretor de Recursos Humanos, Diretor de Administração e Finanças, Procurador-Geral, Chefe da Assessoria Especial de Fiscalização e Controle e Chefe da Assessoria Legislativa." Encaminhar a minuta de Ato à Mesa Diretora para colher assinaturas. 3) Processo nº 01/96 - Restituição de adicional por tempo de serviço superior ao previsto em Lei. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Vistas concedidas ao Secretário Executivo/2ª Secretária. 4) Processo nº 388/04 - Retorno de servidor a sua Lotação de Origem. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Aprovado. Assinada a respectiva Portaria. 5) Processo nº 1803/00 - Averbação de tempo de serviço. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Vistas concedidas ao Secretário Executivo da Vice-Presidência. 6) Processo nº 1041/04 - Retificação de abono de permanência. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Encaminhar à Procuradoria Geral da Casa para análise e parecer. 7) Processo nº 820/04 - Avaliação de desempenho no estágio probatório. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Aprovado. Assinada a respectiva Portaria. 8) Processo nº 359/05 - Reversão de pensão temporária. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Vistas concedidas ao Secretário Executivo da Vice-Presidência. 9) Processo nº 922/01 - Projeto de consolidação do coral. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Encaminhar ao Secretário Executivo da 2ª Secretária para verificar a disponibilidade financeira e orçamentária. 10) Processo nº 370/05 - Cessão de servidora para o GDF. Relator: Secretário Executivo/1ª Secretária. Deliberação: Aprovado. Encaminhar ao Gabinete da Presidência para oficiar ao GDF. 11) Memo/ASSEL nº 20/05 - Levantamento de necessidade de periódicos. Relator: Secretário-Geral. Deliberação: Aprovados dois conjuntos de periódicos solicitados para a Assessoria Legislativa. 12) Processo nº 318/05 - Pagamento das diferenças relativas aos 11,98%. Relator: Secretário Executivo/Vice-Presidência. Deliberação: O assunto será discutido na próxima reunião. 13) Minuta de Portaria - Delega competências ao Diretor de Recursos Humanos. Relator: Secretário Executivo/Vice-Presidência. Deliberação: Aprovado a Portaria por maioria de votos. Foi apresentada pela Vice-presidência uma minuta de Projeto de Resolução, dando competência ao Secretário Executivo da 1ª Secretária, que foi rejeitada pelo GMD. 14) Memo nº 40/2005-GMD/3S - Realização de exame audiométrico nos servidores da Taquiografia. Relator: Secretário Executivo/3ª Secretária. Deliberação: Encaminhar ao Secretário Executivo da 1ª Secretária para instrução. Extra -Pauta: 15) Relatório de auditoria do FASCAL. Relator: Secretário-Geral/Presidência. Deliberação: Distribuídas cópias aos Secretários Executivos para

discussão na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Wilson Machado, Secretário-Geral/Presidência, lavro a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Secretários Executivos do Gabinete da Mesa Diretora.

WILSON MACHADO
Secretário-Geral/Presidência

MARCELO BRAGA
Secretário Executivo/Vice-Presidência

ARNALDO SIQUEIRA DE LIMA
Secretário Executivo/Primeira Secretária

RICARDO JOSÉ ALVES
Secretário Executivo/Tercera Secretária

REINALDO MENDES
Secretário Executivo/Segunda Secretária

Gabinete da Mesa Diretora

Portaria nº 36, de 15 de março de 2005.

O Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 4º, inciso X, da Resolução nº 168/2000 e tendo em vista o que consta no processo nº 001-000282/2005,

RESOLVE:

AUTORIZAR a participação dos servidores a seguir relacionados, da Comissão Permanente de Licitação, no Curso de Formação de Pregoeiros, desenvolvido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, em Brasília-DF, com despesas de inscrição para a Câmara Legislativa e sem prejuízo de sua remuneração, no período de 21 a 23/03/2005, em turno integral.

Nome do(s) servidor(es)	Matrícula
SERGIO LUIZ DA SILVA NOGUEIRA	11.025-72
JOSE EXPEDITO RODRIGUES FERREIRA	12.000-83
WAGNER FERREIRA XAVIER	15.841-22
CLAUDIA COELHO DOS REIS	15.289-18
PATRICIA CAROLINE ALMEIDA DABOIN	18.353-39
INALDO JOSE DE OLIVEIRA	11.108-68

Brasília, 15 de março de 2005.

WILSON MACHADO
Secretário-Geral/Presidência

MARCELO BRAGA VIEIRA JÚNIOR
Secretário Executivo/Vice-Presidência

ARNALDO SIQUEIRA DE LIMA
Secretário Executivo/1ª Secretária

RICARDO JOSÉ ALVES
Secretário Executivo/3ª Secretária

REINALDO MENDES
Secretário Executivo/2ª Secretária

Atos Administrativos

ATO DO PRESIDENTE Nº 239, DE 2005.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

1. EXONERAR SIRLEI CAMPOS RIBEIRO, matrícula nº 10.021-85, do cargo especial de gabinete, CL-14, do Gabinete Parlamentar do deputado João de Deus, bem como NOMEA-LO para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, CNE-01, no Gabinete Parlamentar do deputado Benício Tavares (Resolução nº 201/2003 - SV)

2. EXONERAR MARTHA MANSUR MENDES, matrícula nº 13.691-25, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, CNE-01, do Gabinete Parlamentar do deputado Benício Tavares, bem como NOMEA-LA para exercer o cargo especial de gabinete, CL-14, no referido gabinete (Resolução nº 201/2003 - SV)

3. EXONERAR RANDAL JULIANO MANSUR MENDES, matrícula nº 15.599-03, do cargo especial de gabinete, CL-14, do Gabinete Parlamentar do deputado Benício Tavares, bem como NOMEA-LO para exercer o cargo especial de gabinete, CL-14, no Gabinete Parlamentar do deputado João de Deus (Resolução nº 201/2003 - SV)

Brasília, 15 de março de 2005.

FÁBIO BARCELLOS
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 240, DE 2005.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.112/1990, consolidada pelo Decreto Legislativo nº 1.094/2004,

RESOLVE:

1. DISPENSAR RITA ALDEMIÁ LIMA, matrícula nº 12.724-41, dos encargos de substituta eventual do Chefe de Gabinete, CNE-01, do Gabinete Parlamentar do deputado Benício Tavares.

2. DESIGNAR ALBERTO JORGE ROCHA DA SILVA, matrícula nº 14.518-34, para substituir o Chefe de Gabinete, CNE-01, do Gabinete Parlamentar do deputado Benício Tavares, nas ausências e impedimentos legais do titular.

Brasília, 15 de março de 2005.

FÁBIO BARCELLOS
Presidente

Diretoria de Recursos Humanos

PORTARIA-DRH nº 25, de 14 de março de 2005.

A Diretoria de Recursos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 465, de 5 de outubro de 2004, publicada no Diário da Câmara Legislativa de 6 de outubro de 2004, tendo em vista o que estabelece os arts. 87 a 89 da Lei nº 8.112/1990, consolidada pelo Decreto Legislativo nº 1.094/2004, bem como o art. 38 da Resolução nº 202/2003, e o que consta do Processo nº 001-000593/2000,

RESOLVE:

AUTORIZAR a servidora CRISTIANE DE LIMA CARVALHO, matrícula nº 12.475-36, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, categoria Taquigrafo, a usufruir, no período de 04.04.2005 a 03.05.2005, 1 (um) mês da licença-prêmio por assiduidade concedida pela Portaria-DRH nº 5, de 21.03.2000, publicada no DCL de 22.03.2000, referente ao período aquisitivo de 03.03.1995 a 29.02.2000, restando 2 (dois) meses a serem usufruídos em época oportuna.

EDILAIR DA SILVA SENA
Diretora de Recursos Humanos

Pregões

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 007/2005

O edital da licitação em epígrafe, processo nº 001-000.352/2005-CLDF, que tem por objeto aquisição de material de expediente (bandeja para correspondência em acrílico fumé e outros) para a CLDF encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação da CLDF, localizada no SAIN, Parque Rural, Ed. Sede da CLDF, sala A-03, CEP 70.086-900, Brasília - DF. O respectivo edital e seus anexos poderão ser retirados mediante a apresentação de comprovante de depósito bancário em favor da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, no Banco de Brasília - BRB, agência nº 0218, conta corrente nº 800.110-3, no valor de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos). A sessão de abertura e recebimento dos envelopes está prevista para ocorrer em 31/02/2005, às 10:00 horas, no local acima indicado. Maiores informações no local ou pelo telefone 348-8650 ou fax 348-8651.

Brasília-DF, 15 de março de 2005.

Sérgio Luiz da Silva Nogueira
Pregoeiro

VÍDEO CÂMARA apresenta:

Filme "MENINA DOS OLHOS" – drama

Com: Ben Affleck, Jennifer Lopez, Jason Biggs, Paul Liotwsky

Dia: 18/03/2005 (sexta-feira)

Horário: 12h10

Local: Auditório da Câmara Legislativa do DF (entrada franca)

Promoção: Setor de Assistência Social/Divisão de Seguridade Social/DRH/1ª Secretaria

Patrocínio: SINDICAL

Informações: 348-8548/348-8549

**D
C
L**

**Ler o jornal
que publica
diariamente
nossas leis é
exercer a
Cidadania.**

Câmara Legislativa do
Distrito Federal
Presidência
Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica